



**DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO PARA
ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DA
EDUCAÇÃO DE
SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR
2015/2025**



Idealização:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E TURISMO**

Realização:

painel
Pesquisas e Consultoria

São João do Triunfo, 2015

Gestão de São João do Triunfo

Prefeito
Marcelo Hauagee Distéfano

Vice-prefeito
Edilson Doliveira Rusgoski

Secretaria Responsável:
Secretaria da Educação, Cultura e Turismo
Rosita Hauagee Distéfano

Secretários:
Secretaria da Educação, Cultura e Turismo
Rosita Hauagee Distéfano
Secretaria de Agricultura
João Osmar Stori Marchaukowski
Secretaria de Planejamento,
Maurício Silva Teixeira
Secretaria de Saúde,
Elenize de Fátima Hipolito Micharki
Secretária de Transporte, Obras e Serviços
Públicos,
João Batista Gadens
Secretaria de Assistência Social
Jeanine Bugai

Gestão da Painei Instituto de Pesquisa

Coordenação Geral
Ana Maria Mottin

Análise Estatística
Fátima Mottin

Orientação Técnica
Ana Maria Mottin

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	5
2	INTRODUÇÃO	8
1.1	METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO	8
3	PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	10
4	INDICADORES DA EDUCAÇÃO	19
5	PESQUISA COM OS PROFESSORES.....	32
5.1	PERFIL PESSOAL	32
5.2	PERFIL PROFISSIONAL	33
5.3	CARREIRA.....	36
5.4	PERCEPÇÕES	38
5.5	OUTROS TEMAS	41
6	CONSIDERAÇÕES GERAIS	44
7	ANEXOS	46
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

São João do Triunfo tem sua história ligada ao contexto da navegação do rio Iguaçu, à imigração polonesa, italiana, árabe e alemã, e às atividades dos tropeiros que viviam e passavam pelo município. A zona rural de São João do Triunfo foi estruturada até 1970 a partir das formações de sistemas faxinais e de pequenas propriedades de colonos imigrantes.

Pela história oficial, a base do povoamento de São João do Triunfo começou no ano de 1864, quando o Sr. João Nunes de Souza, até então morador de São José dos Pinhais, ali se estabeleceu. Com ele foi toda a família. Desbravaram a região, lançaram sementes na terra, abriram picadas na mata e fizeram propaganda para atrair outras pessoas. Uma comunidade foi gradativamente se formando, a qual recebeu o nome de Rio da Vargem. O povo do lugar construiu uma capela, na qual foi colocada a imagem de São João Batista. Muitas casas foram sendo construídas ao redor da pequena igreja. Em pouco tempo a denominação do povoado foi alterada. O santo padroeiro e o triunfo obtido pelos ousados desbravadores da região de Rio da Vargem contribuíram para a composição do novo nome.

Porém, antes mesmo do estabelecimento de imigrantes, principalmente de poloneses no final do séc. XIX, e da navegação do rio Iguaçu, com a formação de importantes portos no contexto regional e estadual, como o Porto da Vila Palmira e Porto Feliz, a região onde hoje se encontra o município de São João do Triunfo já era habitada por caboclos e índios que sobreviviam da agricultura de subsistência, da caça e da pesca.

O estabelecimento de colônias de imigrantes, juntamente com a navegação do Rio Iguaçu, e as populações caboclas dão a São João do Triunfo uma diversidade cultural e uma multiplicidade de manifestações religiosas e de apropriação de espaços dentro do município. Desta forma, é importante destacar a heterogeneidade da população que constitui seus espaços dentro do município e entendê-la dentro de um processo histórico de constante reelaboração.

Em 16 de março de 1871 pela Lei Provincial no. 254, São João do Triunfo foi elevada à categoria de Freguesia. Em 08 de janeiro de 1890, pela Lei Estadual no. 13, foi criado o município de São João do Triunfo com território desmembrado do município de Palmeira. Atualmente, o território do município abriga o distrito de Palmira. Palmira recebeu foros de município em 10 de abril de 1909, através da Lei Estadual no. 874, tendo sido mais tarde anexado a São João do Triunfo.

Em 1891 instalou-se o núcleo colonial de Palmira com imigrantes poloneses. A colônia compunha-se de 88 lotes rurais agrupados em dois núcleos: o de Rio dos Patos e o de Bromado. A economia de Palmira baseava-se na indústria extrativa vegetal - erva mate e madeira - na produção agrícola e na sua condição de porto fluvial.

Segundo o recenseamento de 1890, o Município de São João do Triunfo contava com 5.789 habitantes. No recenseamento de 1900, o município possuía 11.938 habitantes. O censo de 1920 computa o elemento estrangeiro por município. Nesta ocasião o Município de São João do Triunfo contava com 9.042 habitantes, destes 220 estrangeiros, e o Município de Palmira 2.423 habitantes, dos quais 290 eram poloneses. No censo de 1950, os municípios de São João do Triunfo e Palmira já aparecem unificados com um total de 10.850 habitantes.

Na década de trinta, São João do Triunfo era considerado um dos municípios mais ricos da região. Situado à margem direita do Rio Iguaçu, possuía importante porto fluvial de embarque e desembarque: Porto Feliz. Sua principal fonte de renda era a erva mate, no entanto, produzia também cereais (milho, feijão e trigo) e exportava madeiras de pinho e imbuia. Diversos estabelecimentos comerciais e industriais encontravam-se em funcionamento na sede do município: coletoria, cartório, tabelionato, colégio, padaria, farmácia, açougue, alfaiataria, sapataria, olaria, marcenaria e oficinas de carpintaria. Destaque eram as sete serrarias e os dois moinhos de cereais do município.

Nesta mesma década, Palmira, outro importante porto fluvial, apresentava uma infra-estrutura de destaque. Contava com: hotel, casas comerciais, clube social, igreja, farmácia, cartório, correio e câmara municipal. Na praça havia um coreto onde, nos finais de semana, a banda local tocava. A construção da estrada de rodagem de Palmeira até São Mateus do Sul fez, entretanto, que entrasse em decadência.

A navegação no Rio Iguaçu, fator preponderante para o desenvolvimento de São João do Triunfo e Palmira, teve início em 1882. Através de concessão imperial (Decreto no. 7248/1879), o Sr. Amazonas de Araújo Marcondes (Coronel Amazonas) estabeleceu uma linha de navegação entre Porto Amazonas e Porto União. O primeiro navio a percorrer este trecho foi o vapor "Cruzeiro", que fez sua primeira viagem em 27 de dezembro de 1882.

A navegação possibilitou o povoamento das margens do rio e o escoamento dos seus produtos. De Porto União os produtos eram levados, via estrada de ferro para o porto marítimo de São Francisco. Em março de 1915 fundou-se a "Lloyd Paranaense", empresa de navegação fluvial. Vinte e seis embarcações a vapor transportavam passageiros e cargas sobre as águas do rio Iguaçu e seus afluentes. A sucesso da empresa "Lloyd" levou-a a expandir suas agências em diversas localidades, entre elas, Vila Palmira e Porto Feliz, em São João do Triunfo.

Com a extinção, na década de 1950, da última empresa de navegação que atuava no rio Iguaçu, o tráfego fluvial foi superado pelo rodoviário. As localidades que se estabeleciam em torno dos portos fluviais e que viviam principalmente em função do rio, como foi o caso do Município de São João do Triunfo, procuraram outras alternativas para a sua sustentação econômica.

Até 1950 o município tinha várias fábricas (cervejaria, gasosa) que faliram ou simplesmente foram fechadas logo depois que o porto foi desativado. Hoje a economia do município está toda centrada na agricultura. A fumicultura começou a ser praticada em São João do Triunfo em 1959. Em nenhum momento a cultura do fumo no município teve redução, sempre foi expandindo a sua produção. Atualmente existem, aproximadamente, 900 produtores de fumo, que em parceria com 6 empresas produzem em média 4.000 toneladas de fumo por ano.

Fonte: Câmara de Vereadores de São João do Triunfo <http://www.cmsaojoaodotriunfo.pr.gov.br/history.html>

Figura 1



Foto: Daniel D, disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=922580>

Antiga Prefeitura no estilo Eclético,
uma obra das poucas restantes no
Paraná nesse estilo

Figura 2



Foto:diogockmayer

Igreja Matriz de São João do Triunfo

2 INTRODUÇÃO

O Diagnóstico da Educação se propõem a levantar dados referentes a Educação para servir como base na elaboração do Plano Decenal da Educação, conforme disposto na Lei Federal 13.005/2014

Para tal objetivo o trabalho foi dividido em 3 partes:

- **Parte 1** – Levantamento de dados secundários referentes ao perfil demográfico do município e de dados da educação, disponíveis em fontes como o IBGE, MEC, INEP, etc.
- **Parte 2** – Realização de pesquisa de percepção dos professores sobre a educação, abrangendo as metas da educação.
- **Parte 3** – Pesquisa com os pais sobre a percepção da educação no município.

1.1 METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO

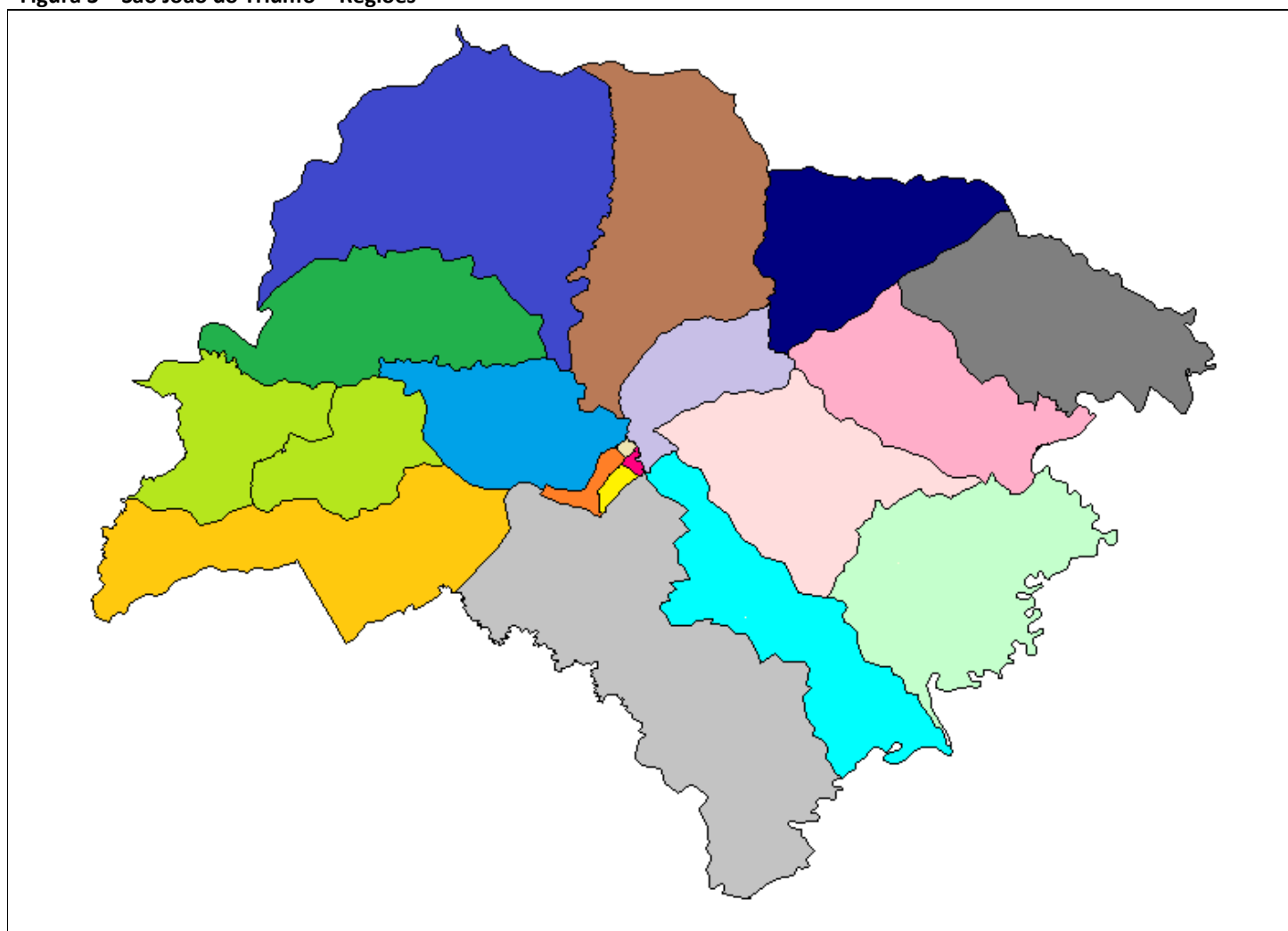
Antes de iniciar a análise de dados é necessário conhecer as divisões geográficas do município e organizá-las dentro das divisões geográficas do IBGE (setores censitários) para que possa realizar os cruzamentos dos indicadores disponíveis.

Para isso foi analisado junto a Secretaria de Planejamento o levantamento do mapa com as comunidades mais importantes do município e alocadas dentro das divisões censitárias do IBGE.

Abaixo a divisão utilizada para análise:

Legenda	Divisão Geográfica	Setor Censitário	Localidades e Comunidades
	Centro 01	412510005000002	Centro 02
	Centro 02	412510005000004	Centro 04
	Centro 03	412510005000003	Centro 03
	Centro 04	412510005000001	Centro 01 - Escola 5
	Rural 1	412510005000006	Poços, São Lourenço, Barra Bonita
	Rural 2	412510010000005	Ameixeiras, Bromado
	Rural 3	412510005000009	Cachoeira e Canudos
	Rural 4	412510010000011	Fabícios, Mineiros
	Rural 5	412510010000007	Coxilhão
	Rural 6	412510010000006	Faxinal, Rodrigues, Mato Queimado, Meia Lua
	Rural 7	412510010000009	Boa Vista, Água Comprida, Guaiaca
	Rural 8	412510010000001, 412510010000003	Palmira e Guaiaca dos Pretos
	Rural 9	412510005000010	Pinhalzinho
	Rural 10	412510005000005	Porto Feliz, Vila Nova
	Rural 11	412510005000007, 412510005000008	Rio Baio 1, 2, 3
	Rural 12	412510010000002, 412510010000008	Ferreiras e Santa Rosa
	Rural 13	412510010000004	Bolo Grande, Rio dos Patos, Taquaruçu
	Rural 14	412510010000010	Vitorinópolis, Taio

Figura 3 – São João do Triunfo - Regiões



3 PERFIL SOCIOECONÔMICO

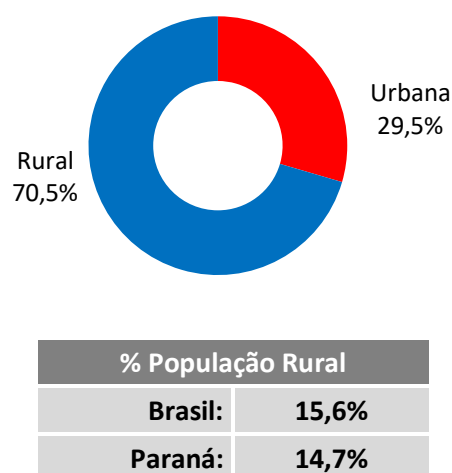
A população total de São João do Triunfo era de 13.704 habitantes em 2010, e a previsão mais atualizada do IBGE de 2014 é de 14.583 habitantes. Um aumento de 6,4% na população em 4 anos.

Região Geográfica	População		Domicílios	
	Quant.	(%)	Total	Densidade Domiciliar
Centro 01	623	4,5%	195	3,2
Centro 02	1.097	8,0%	345	3,2
Centro 03	1.015	7,4%	292	3,5
Centro 04	1.100	8,0%	361	3,0
Rural 1	668	4,9%	200	3,3
Rural 2	443	3,2%	134	3,3
Rural 3	510	3,7%	143	3,6
Rural 4	639	4,7%	184	3,5
Rural 5	858	6,3%	267	3,2
Rural 6	1.039	7,6%	301	3,5
Rural 7	547	4,0%	170	3,2
Rural 8	745	5,4%	217	3,4
Rural 9	855	6,2%	243	3,5
Rural 10	632	4,6%	186	3,4
Rural 11	1.077	7,9%	305	3,5
Rural 12	692	5,0%	207	3,3
Rural 13	692	5,0%	205	3,4
Rural 14	472	3,4%	135	3,5
Município	13.704	100,0%	4.090	3,4

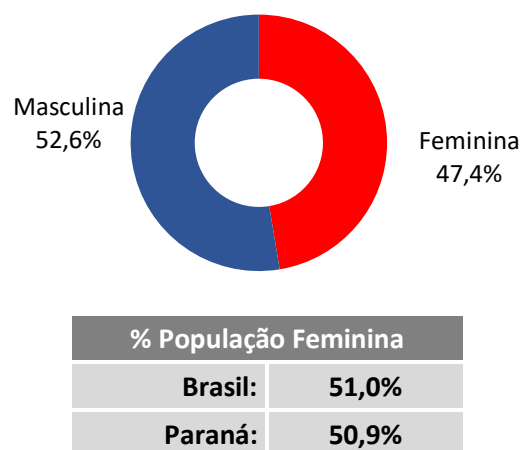
Fonte: IBGE 2010 - IBGE 2014 População total 14.583 habitantes

Centro 01	4,5%
Centro 03	8,0%
Centro 03	7,4%
Centro 03	8,0%
Rural 1	4,9%
Rural 1	3,2%
Rural 3	3,7%
Rural 3	4,7%
Rural 5	6,3%
Rural 5	7,6%
Rural 7	4,0%
Rural 7	5,4%
Rural 9	6,2%
Rural 9	4,6%
Rural 11	7,9%
Rural 11	5,0%
Rural 13	5,0%
Rural 13	3,4%

São João do Triunfo tem um grande percentual da população na Zona Rural, 70,5%. Sua distribuição é inversa a do Brasil e do Paraná que tem em torno de apenas 15% da população na Zona Rural.



A proporção da população feminina é de 47,4%, bem abaixo da proporção do Brasil e do Paraná que são acima de 50%.



O IBGE projetou para 2014 uma população de 14.583 para São João do Triunfo. Com base no crescimento de 2010 para 2014, estima-se que São João do Triunfo terá em 2025 uma população aproximada de 17.372 habitantes, sendo destes 17,9%¹ de 0 a 14 anos.

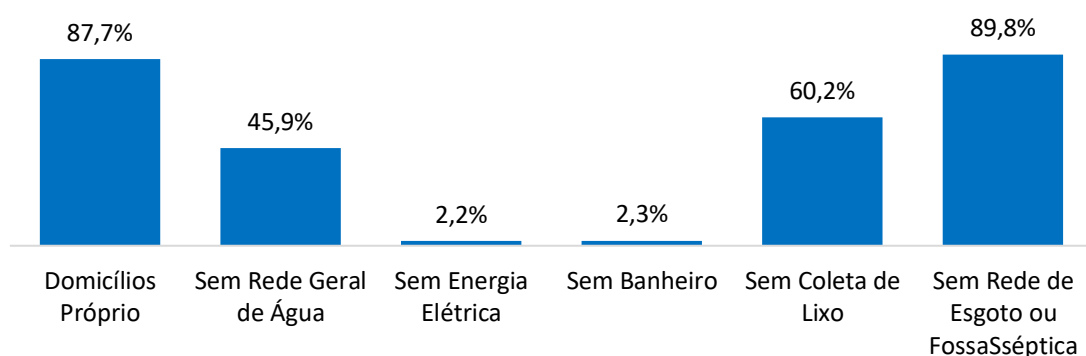
¹ O percentual e 17,9% foi retirada da projeção populacional do Paraná por faixa etária do IBGE para 2025

Indicador	Perfil demográfico
Definição	Características demográficas dos domicílios do município

Por ter um perfil mais rural, os percentuais de domicílios sem abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo são maiores que a proporção no Brasil e no Paraná.

Região Geográfica	Domicílio Próprio	Sem Rede Geral de Água	Sem Energia Elétrica	Sem Banheiro	Sem Coleta de Lixo	Sem Rede de Esgoto ou Fossa Séptica
Centro 01	79,5%	3,6%	0,5%	0,0%	2,6%	96,4%
Centro 02	80,0%	1,4%	0,6%	2,6%	0,3%	99,4%
Centro 03	86,6%	4,5%	0,3%	3,8%	1,0%	97,6%
Centro 04	77,6%	5,8%	0,6%	2,2%	3,3%	85,3%
Rural 1	88,0%	68,5%	1,5%	2,5%	67,5%	99,5%
Rural 2	91,0%	99,3%	3,7%	3,0%	97,0%	99,3%
Rural 3	92,3%	74,8%	0,0%	2,8%	93,7%	99,3%
Rural 4	93,5%	100,0%	3,8%	4,3%	100,0%	100,0%
Rural 5	92,5%	74,9%	4,1%	2,6%	88,8%	100,0%
Rural 6	96,3%	63,5%	0,7%	1,0%	98,0%	18,3%
Rural 7	91,8%	32,4%	2,4%	2,9%	94,7%	97,6%
Rural 8	92,2%	57,1%	0,0%	0,9%	59,0%	99,5%
Rural 9	91,4%	8,2%	4,5%	4,1%	59,3%	84,8%
Rural 10	83,9%	76,9%	3,8%	0,0%	82,3%	99,5%
Rural 11	93,8%	25,2%	1,3%	1,3%	80,0%	99,7%
Rural 12	77,8%	92,3%	5,3%	1,9%	80,2%	76,8%
Rural 13	88,3%	64,9%	8,3%	4,4%	96,6%	98,5%
Rural 14	88,9%	100,0%	0,7%	1,5%	99,3%	97,8%
Município	87,7%	45,9%	2,2%	2,3%	60,2%	89,8%
Brasil:	73,3%	15,0%	0,4%	2,6%	10,6%	23,8%
Paraná:	71,5%	12,0%	0,4%	0,4%	9,6%	46,7%

Fonte: IBGE 2011



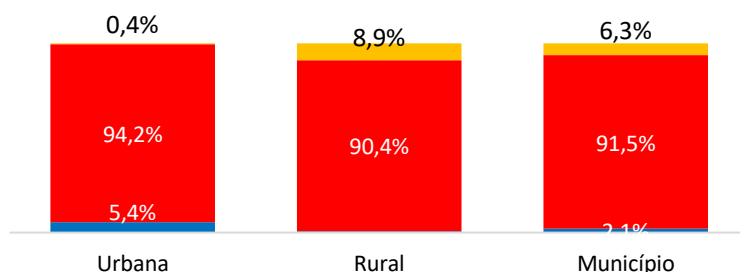
Indicador	Domicílio Adequado
Definição	<i>Classificação segundo critérios do IBGE em que o domicílio disponha de: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório</i>

Como os itens que determinam um domicílio como adequado são mais presentes em áreas urbanas, e o fato de São João do Triunfo ser na sua maioria Rural, o município apresentam um índice mínimo de domicílios adequados, 2,1%.

Região Geográfica	Adequada		Semi-adequada		Inadequada		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Urbana	67	5,4%	1.183	94,2%	5	0,4%	1.256
Rural	21	0,7%	2.571	90,4%	253	8,9%	2.845
Município	88	2,1%	3.754	91,5%	258	6,3%	4.101

Fonte: IBGE 2010

■ Adequada ■ Semi-adequada ■ Inadequada



% Domicílios Adequados	
Brasil:	52,5%
Paraná:	56,2%

Indicador	Índice de Crianças e Adolescentes
Definição	<i>Razão entre as faixas etárias e população residente total</i>

O percentual da população de São João do Triunfo de 0 a 17 anos é bem superior a do Brasil e a do Paraná. São João do Triunfo apresenta 33,0% da população nesta faixa etária, enquanto no Brasil ela é de 29,5% e no Paraná de 28,3%.

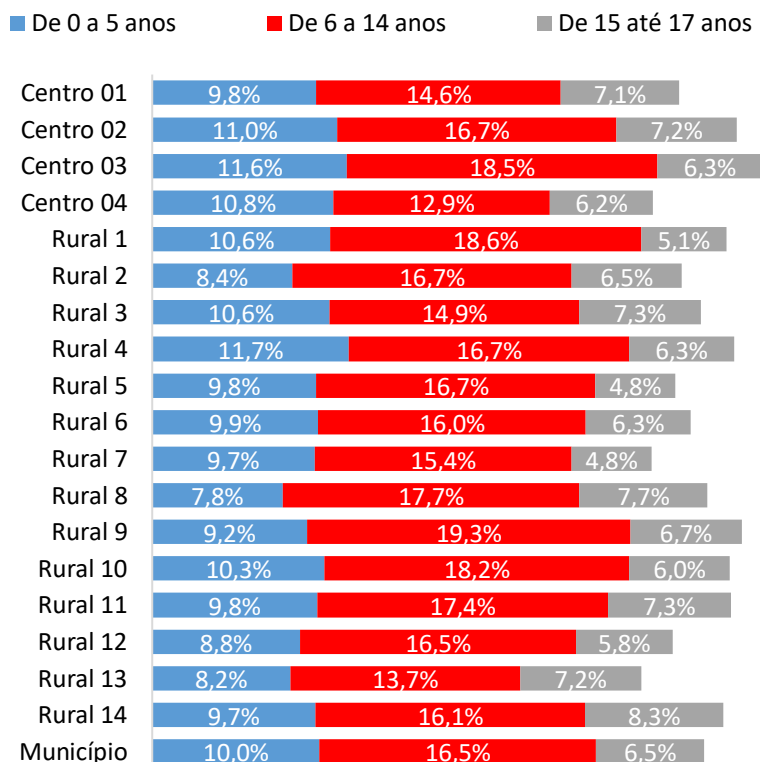
% da Pop. De 0 a 17 anos	
Brasil:	29,5%
Paraná:	28,3%
São João do Triunfo:	33,0%

Das 18 microrregiões analisadas, 2 delas se destacam com um percentual de mais de 35% da população entre 0 a 17 anos, são elas: Centro 2 e Rural 9 (Pinhalzinho).

Abaixo a tabela mostra por microrregião o número de crianças e adolescentes e também o percentual em relação à população total em detalhe.

Região Geográfica	De 0 a 5 anos		De 6 a 14 anos		De 15 até 17 anos		De 0 a 17 anos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro 01	61	9,8%	91	14,6%	44	7,1%	196	31,5%
Centro 02	121	11,0%	183	16,7%	79	7,2%	383	34,9%
Centro 03	118	11,6%	188	18,5%	64	6,3%	370	36,5%
Centro 04	119	10,8%	142	12,9%	68	6,2%	329	29,9%
Rural 1	71	10,6%	124	18,6%	34	5,1%	229	34,3%
Rural 2	37	8,4%	74	16,7%	29	6,5%	140	31,6%
Rural 3	54	10,6%	76	14,9%	37	7,3%	167	32,7%
Rural 4	75	11,7%	107	16,7%	40	6,3%	222	34,7%
Rural 5	84	9,8%	143	16,7%	41	4,8%	268	31,2%
Rural 6	103	9,9%	166	16,0%	65	6,3%	334	32,1%
Rural 7	53	9,7%	84	15,4%	26	4,8%	163	29,8%
Rural 8	58	7,8%	132	17,7%	57	7,7%	247	33,2%
Rural 9	79	9,2%	165	19,3%	57	6,7%	301	35,2%
Rural 10	65	10,3%	115	18,2%	38	6,0%	218	34,5%
Rural 11	106	9,8%	187	17,4%	79	7,3%	372	34,5%
Rural 12	61	8,8%	114	16,5%	40	5,8%	215	31,1%
Rural 13	57	8,2%	95	13,7%	50	7,2%	202	29,2%
Rural 14	46	9,7%	76	16,1%	39	8,3%	161	34,1%
Município	1.368	10,0%	2.262	16,5%	887	6,5%	4.517	33,0%

Fonte: IBGE 2010



A comparação dos dois censos mostra que há uma redução no decorrer dos anos no número de crianças.

Faixa Etária	2000	2010	%
0 a 4 anos	1.341	1.117	-16,9%
5 a 9 anos	1.425	1.123	-21,3%
10 a 14 anos	1.421	1.390	-2,3%
15 a 17 anos	855	887	0,6%
Total	5.042	4.517	-11,0%

Fonte: IBGE 2000 e 2010

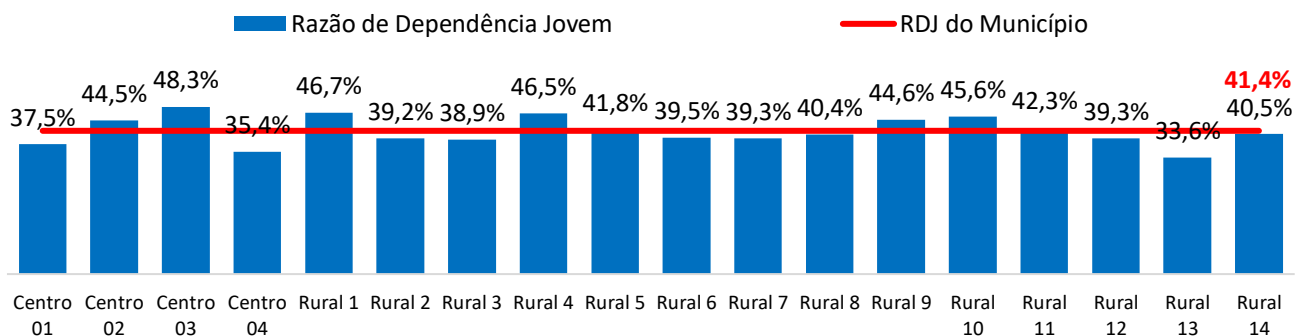
Indicador	Razão de Dependência Jovem (RDJ)
Definição	Razão entre a população de 0 a 14 anos, sobre a população de 15 a 59 anos

São João do Triunfo apresenta no geral uma Razão de Dependência Jovem de 41,4%, bem maior que no Brasil e no Paraná. Abaixo as taxas de dependência por microrregião.

Região Geográfica	De 0 a 14 anos	De 15 a 59 anos	Razão de Dependência Jovem
Centro 01	152	405	37,5%
Centro 02	304	683	44,5%
Centro 03	306	633	48,3%
Centro 04	261	737	35,4%
Rural 1	195	418	46,7%
Rural 2	111	283	39,2%
Rural 3	130	334	38,9%
Rural 4	182	391	46,5%
Rural 5	227	543	41,8%
Rural 6	269	681	39,5%
Rural 7	137	349	39,3%
Rural 8	190	470	40,4%
Rural 9	244	547	44,6%
Rural 10	180	395	45,6%
Rural 11	293	693	42,3%
Rural 12	175	445	39,3%
Rural 13	152	452	33,6%
Rural 14	122	301	40,5%
Município	3.630	8.760	41,4%

Fonte: IBGE 2010

Razão de Dependência Jovem	
Brasil:	37,0%
Paraná:	34,7%

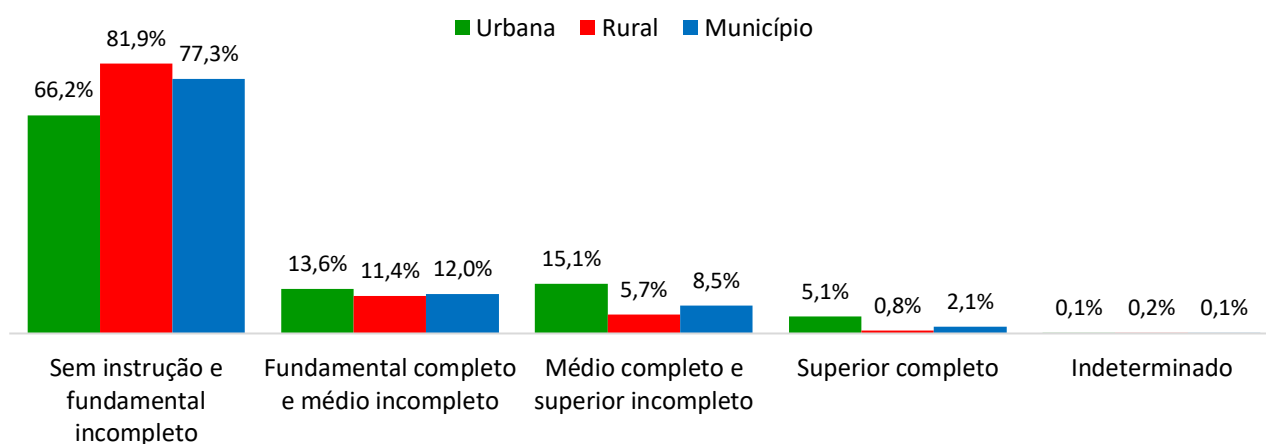


Indicador	<i>Escolaridade</i>
Definição	<i>Nível de instrução das pessoas residentes no município</i>

A população, na sua maioria (64,8%) tem até o fundamental incompleto. O ensino superior, em 2010, era exclusividade de 4,9% dos moradores de São João do Triunfo.

Região Geográfica	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo		Indeterminado		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.
Urbana	2.679	66,2%	549	13,6%	612	15,1%	205	5,1%	2	0,1%	4.048
Rural	7.907	81,9%	1.098	11,4%	554	5,7%	79	0,8%	18	0,2%	9.656
Município	10.587	77,3%	1.647	12,0%	1.166	8,5%	284	2,1%	20	0,1%	13.704

Fonte: IBGE 2010



Indicador	<i>Bolsa Família</i>
Definição	<i>Nível de instrução das pessoas residentes no município</i>

São João do Triunfo apresentou em 2010 no Censo 7,1% da população com algum benefício social.

Unidade Geográfica	Rendimento de Programa Social Bolsa-Família ou PETI		Rendimento de outros Programas Sociais ou Transferências		Rendimento de Qualquer Programa social ou de Transferência (Bolsa-Família+PETI+Outros)		Total
	Sim	%	Sim	%	Sim	%	
Rural	645	6,7%	30	0,3%	675	7,0%	9.656
Urbana	240	5,9%	54	1,3%	294	7,3%	4.048
Município	885	6,5%	84	0,6%	969	7,1%	13.704

Fonte: IBGE 2010

A análise do perfil sócio econômico do município, traz inicialmente algumas particularidades que mudam o contexto no momento de se planejar uma política pública para esta população: a cidade apresentou no último censo mais de 70% da sua população no campo e uma Razão de Dependência Jovem de 41,4%, bem maior que no Brasil e no Paraná, sendo que 41% da população está na faixa de 0 a 17 anos; questões que determinam uma análise criteriosa no momento de estruturação das estratégias em similaridade com o Plano Nacional de Educação, e especialmente justificam uma atenção especial a educação municipal, quando percebemos esta como uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

As estratégias estruturadas no Plano Nacional de Educação, bem como o corpo da lei, indicam que o trabalho deve ser voltado a um universo bem mais específico e com práticas que atendam aquelas necessidades, sendo que, de tal indicador, decorrem outras questões, ora podem desencadear problemas, ora podem trazer resultados benéficos a essa população, entretanto, não devemos dispersar tal interferência diretamente no cotidiano da cidade e por sua vez, nos caminhos a serem trilhados pelo plano de educação.

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, tem mais de 60% dos seus domicílios sem atendimento de coleta de lixo e quase 80% deles sem rede de esgoto, sendo ao total são 90% desses considerados semi-adequados pelo indicador do IBGE que demonstra domicílios adequados. Tais índices se devem especialmente o seu extenso território rural, onde mais de 70% da população total moram.

A forma de distribuição das pessoas ocupadas em São João do Triunfo mostram que 16,7% tinham carteira assinada, 19,4% não tinham carteira assinada, 47,0% atuam por conta própria e 0,9% de empregadores com carteira assinada. Servidores públicos representavam 1,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 14,5% dos ocupados. Tais dados chamam atenção de forma expressiva, demonstrando a dependência municipal da atividade agrícola e a necessidade de se investir nessa área, com o intuito de fixar o homem no campo, lhe dando condições de subsistência, evitando a migração para áreas urbanas da cidade, visto que esta não está industrializada ou com postos de serviços para absorver a população, o que acarretaria em problemas sociais de grandes proporções.

Ainda em relação a renda, observamos que em 2010, segundo o indicador Bolsa Família, 7,1% da população com algum benefício social, 885 famílias. De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único disponível pelo Ministério da Assistência Social, o município conta com 2.993 famílias registradas no Cadastro Único e 1.158 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, um crescimento de 30% de em 3 anos.

O indicador escolaridade da população merece atenção no desenvolvimento das estratégias, visto que o Plano Nacional de Educação, diz respeito exclusivamente a este indicador, onde reside o objetivo central do Plano, na busca de revertermos esses números hoje apresentados no final do decênio do Plano Municipal de Educação.

O gráfico nos parece o mais rico em termo de justificativa para desenvolvimento de estratégias significantes no decorrer do desenvolvimento deste Plano, pois a apresentação de percentuais mais 77% da população que se declara no censo não possuir fundamental completo ou sem instrução, desencadeia inicialmente um alerta a respeito da educação de jovens e adultos, carecendo de estratégias não apenas de conscientização, mas de investimentos para elevar os índices municipais.

Se percebemos taxas tão elevadas de pessoas sem conclusão no ensino fundamental, chegando a 81% na área rural, as metas que se referem a qualidade do ensino médio e ao ensino

profissionalizante, parecem-nos secundárias no tocante ao seu fortalecimento, entretanto, a vigilância entre a população na escola deve ser continua, na busca da redução da reprovação a fim de evitar o abandono e a distorção idade série.

Com índices mínimos da população com ensino superior na área urbana, 5%, nem chegando a 1% no interior. Entendemos nesse aspecto que, apesar da modalidade de educação superior estar fora da esfera de atuação municipal, várias ações podem ser desenvolvidas no sentido de apoiar os cidadãos com idade compatível na busca da conclusão do ensino superior, através de programas de incentivo e apoio no transporte, infraestrutura de bibliotecas e convênios com instituições de ensino superior para instalação de campus avançado no município.

O indicador escolarização será mencionado e detalhado em todos os itens que seguem este diagnóstico, apesar deste estar ligados aos aspectos socioeconômicos, por se tratar de um diagnóstico para a elaboração do plano municipal de educação ele perpassa a análise de todos os demais indicadores até o final do documento.

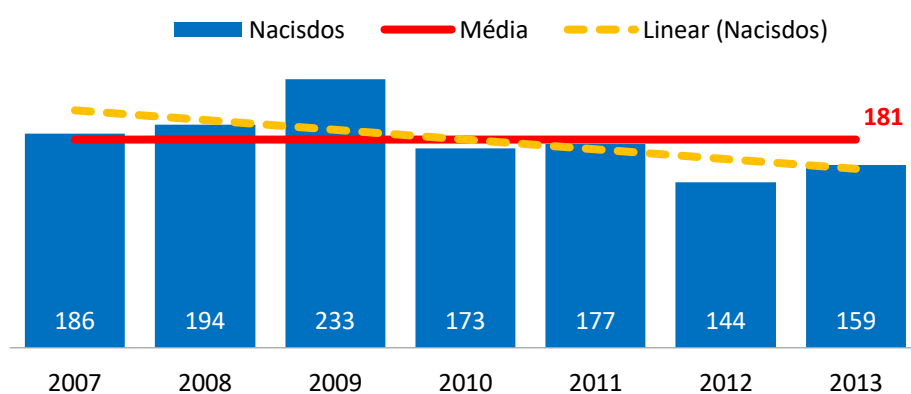
4 INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Educação Infantil

No aspecto tocante a Educação Infantil, podemos analisar a Meta 1 do PNE, que aponta: “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

Indicador	<i>Demanda potencial de Pré-Escola</i>
Definição	<i>Nascidos vivos</i>

Em média o número de nascidos vivos nos últimos 7 anos é de 181 crianças em São João do Triunfo. Mas observasse uma tendência de decréscimo (linha laranja).

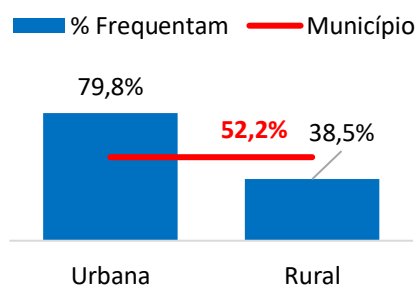


Indicador	<i>Demanda potencial de Pré-Escola</i>
Definição	<i>Percentual de crianças com idade de 4 a 5 anos que frequentam a Pré-Escola</i>
Meta	<i>100%</i>

Em relação à pré-escola, o índice de crianças que frequentam é de 52,2%, abaixo do Brasil e do Paraná.

Zona	População de 4 a 5 anos		
	Total	Frequentam	% Frequentam
Urbana	160	146	91,8%
Rural	322	124	38,5%
Município	482	252	52,2%

Fonte: IBGE 2010



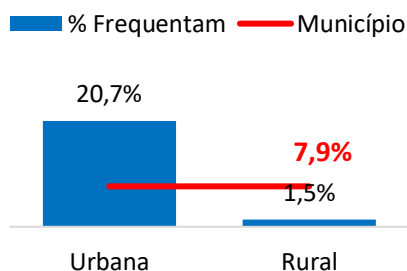
% População de 4 a 5 anos que Frequentam a Escola	
Brasil:	81,4%
Paraná:	77,7%

Indicador	<i>Demanda potencial de creche</i>
Definição	<i>Percentual de crianças com idade de 0 a 3 anos que frequentam creche</i>
Meta	50%

O percentual de crianças que frequenta a creche em São João do Triunfo, em 2010 era de apenas 7,9%, bem menor que a proporção do Paraná, 26,2%.

Zona	População de 0 a 3 anos		
	Total	Frequentam	% Frequentam
Urbana	297	61	20,7%
Rural	590	9	1,5%
Município	886	70	7,9%

Fonte: IBGE 2010

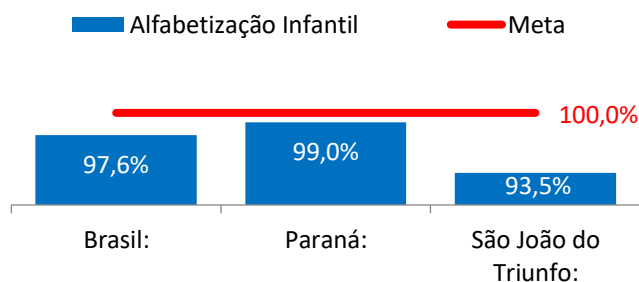


% População de 0 a 3 anos que Frequentam a Escola	
Brasil:	23,2%
Paraná:	30,3%

Outra meta presente dentro da modalidade Educação infantil que exige análise de suas estratégias, apesar de ter seus reflexos no Ensino Fundamental, aponta para a necessidade de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, como aspecto essencial na Meta 5 do PNE.

Indicador	<i>Taxa de Alfabetização</i>
Definição	<i>Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental</i>
Meta	100%

Taxa de alfabetização	
Brasil:	97,6%
Paraná:	99,0%
São João do Triunfo:	93,5%



Percebemos que em São João do Triunfo, 93% das crianças são consideradas alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental, taxa abaixo do estado especialmente.

Ensino Fundamental

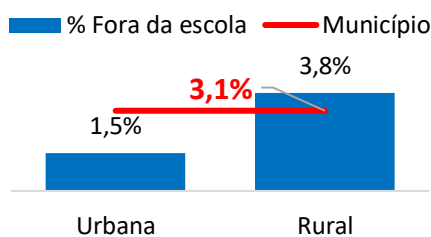
O texto do PNE, refere-se a várias metas e estratégias em relação ao Ensino Fundamental, iniciamos pelos dados encontrados na meta 2: “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.”

Indicador	<i>Crianças fora da escola</i>
Definição	<i>Percentual de crianças e ou adolescente com idade de 6 a 14 anos, que não frequentam a escola</i>
Meta	<i>0%</i>

São João do Triunfo, segundo o IBGE 2010 tinha 3,1% das crianças entre 6 e 14 anos fora da escola. Um índice mais alto que no Paraná (1,2%) e que no Brasil (1,6%).

Zona	População de 6 a 14 anos		
	Total	Fora da escola	% Fora da escola
Urbana	666	10	1,5%
Rural	1.592	60	3,8%
Município	2.258	70	3,1%

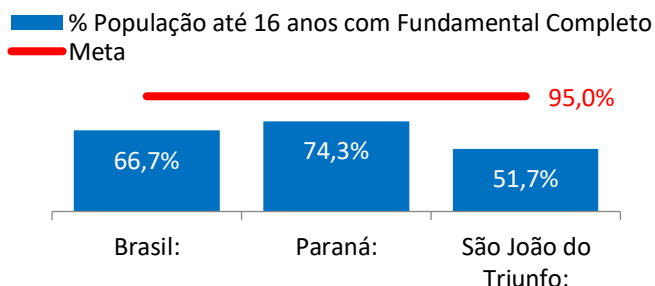
Fonte: IBGE 2010



% População de 6 a 14 que NÃO Frequentam a Escola	
Brasil:	1,6%
Paraná:	1,2%

Indicador	<i>Ensino Fundamental</i>
Definição	<i>Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído</i>
Meta	<i>95%</i>

% População até 16 anos com Fundamental Completo	
Brasil:	66,7%
Paraná:	74,3%
São João do Triunfo	51,7%

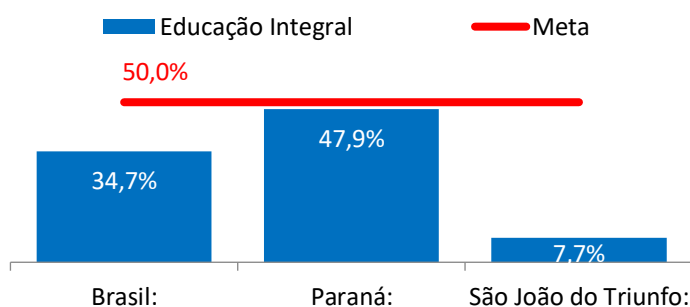


Educação Integral

A Educação Integral, apresentada na Meta 6, traz em seu escopo a necessidade de sua oferta em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

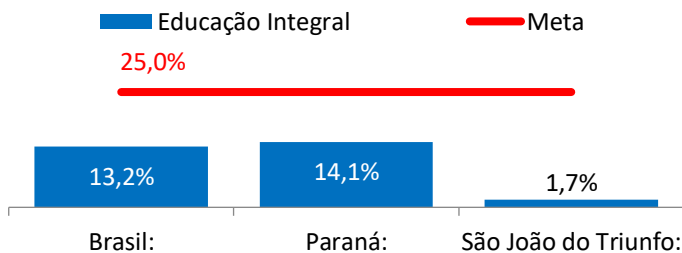
Indicador	<i>Educação Integral</i>
Definição	<i>Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.</i>
Meta	50%

Educação Integral	
Brasil:	34,7%
Paraná:	47,9%
São João do Triunfo:	7,7%



Indicador	<i>Educação Integral</i>
Definição	<i>Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.</i>
Meta	25%

Educação Integral	
Brasil:	13,2%
Paraná:	14,1%
São João do Triunfo:	1,7%



Ensino Médio

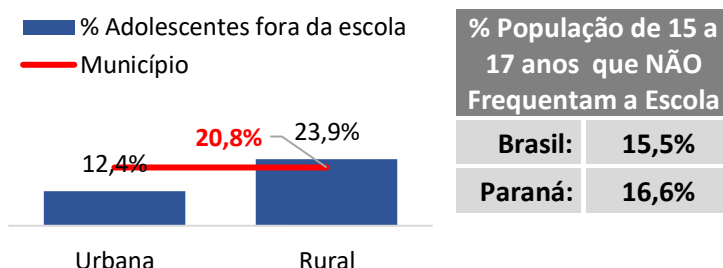
O Ensino Médio em São João do Triunfo, apesar de ter como sua mantenedora o Estado do Paraná, cabe um, como projeto integrado, analisarmos seus indicadores, na busca de uma construção conjunta de estratégias a serem definidas no Plano: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).”

Indicador	Adolescentes fora da escola
Definição	Percentual de adolescentes com idade de 15 a 17 anos, que não frequentam a escola
Meta	0%

O percentual de adolescentes que não frequentam a escola é de 20,8%, maior que no Paraná (19,3%) e no Brasil (16,7%).

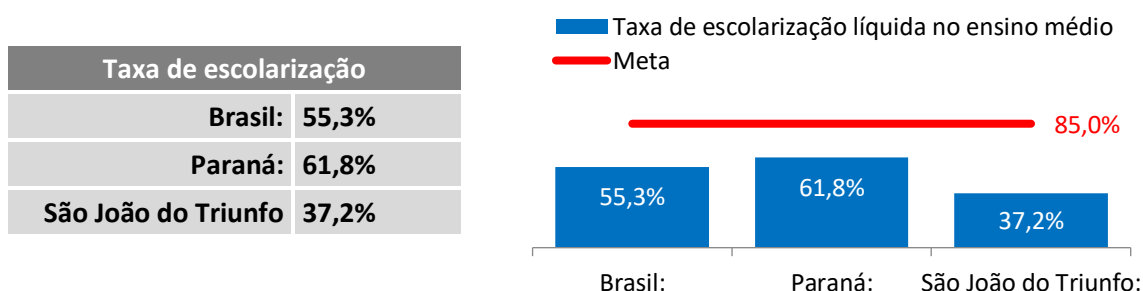
Zona	População de 15 a 17 anos		
	Total	Adolescentes fora da escola	% Adolescentes fora da escola
Urbana	230	28	12,4%
Rural	631	151	23,9%
Município	860	179	20,8%

Fonte: IBGE 2010



Indicador	Taxa de Escolarização
Definição	Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.
Meta	85%

A taxa de escolarização no ensino médio é muito inferior ao do estado (61,8%) e país (55,3%), não chegando em 40% da população dessa faixa etária, sendo que a meta nacional prevê no decênio chegarmos em 85% desta população com matrículas no ensino médio.



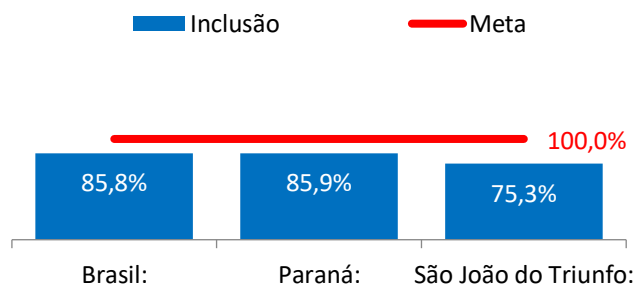
Ainda em relação ao Ensino Médio, o desafio passa por outra meta, a de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Inclusão e diversidade

Questões como a inclusão e a diversidade estão aparentes no PNE como transversalidade em todas as metas, entretanto, duas são explícitas, sendo: “Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.” E a meta 8, com a elevação da escolaridade, fixando: “Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.”

Indicador	<i>Percentual de Inclusão</i>
Definição	<i>Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.</i>

Percentual de Inclusão	
Brasil:	85,8%
Paraná:	85,9%
São João do Triunfo:	75,3%



Alfabetização de jovens e adultos

A educação de jovens e adultos está presente como aspecto essencial da garantia e direito ao acesso a educação, se fazendo presente em duas metas do PNE, a primeira delas é a meta 9, pretende elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

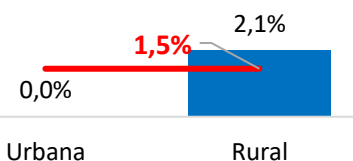
Indicador	<i>Jovens analfabetos</i>
Definição	<i>Percentual de crianças e ou adolescentes analfabetos, com idade de 10 a 17 anos</i>

São João do Triunfo, segundo o IBGE 2010 tinha 1,5% das crianças entre 10 e 17 analfabetos. Um índice mais alto que no Paraná (1,1%) e mais baixo que no Brasil (3,3%).

Zona	População de 10 a 17 anos		
	Total	Analfabetos	% Jovens analfabetos
Urbana	623	0	0,0%
Rural	1.626	34	2,1%
Município	2.249	34	1,5%

Fonte: IBGE 2010

% Jovens analfabetos
Município



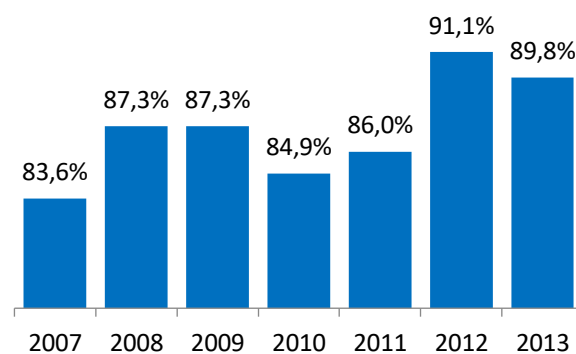
% População de 10 a 17 anos Analfabetos

Brasil:	3,3%
Paraná:	1,1%

Indicador	<i>Índice de aprovação, reprovação e desistência</i>
Definição	<i>Percentual de alunos que foram aprovados, reprovados ou desistiram</i>

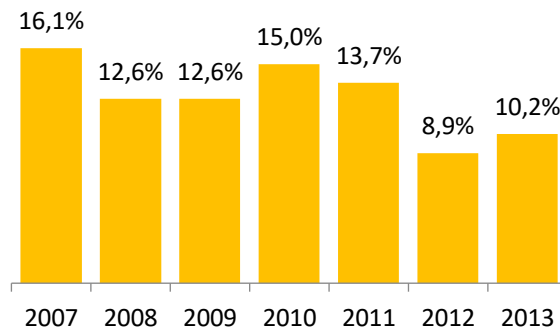
Aprovação: O índice de aprovação saiu de 83,6% em 2007 e atingiu 89,8% em 2013.

Ano	APROVAÇÃO TODAS AS REDES					
	Total	1º ao 5º Ano / 1º Ano	1º ao 5º Ano / 2º Ano	1º ao 5º Ano / 3º Ano	1º ao 5º Ano / 4º Ano	1º ao 5º Ano / 5º Ano
2007	83,6%	98,1%	67,2%	86,0%	88,1%	90,2%
2008	87,3%	98,8%	77,1%	81,2%	87,5%	93,2%
2009	87,3%	98,9%	73,4%	82,7%	88,6%	96,8%
2010	84,9%	96,6%	69,7%	80,6%	88,1%	90,4%
2011	86,0%	96,4%	69,6%	87,2%	88,5%	91,3%
2012	91,1%	95,6%	79,3%	97,4%	92,0%	95,4%
2013	89,8%	98,0%	81,7%	87,0%	89,3%	96,9%



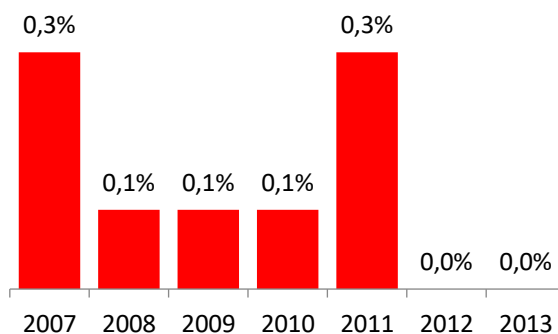
Reprovação: Consequentemente a reprovação também reduziu, de 16,1% em 2007 para 10,2% em 2013.

Ano	REPROVAÇÃO TODAS AS REDES					
	Total	1º ao 5º Ano / 1º Ano	1º ao 5º Ano / 2º Ano	1º ao 5º Ano / 3º Ano	1º ao 5º Ano / 4º Ano	1º ao 5º Ano / 5º Ano
2007	16,1%	1,9%	32,6%	13,7%	11,6%	9,5%
2008	12,6%	1,2%	22,5%	18,8%	12,2%	6,8%
2009	12,6%	1,1%	26,6%	17,3%	11,1%	3,2%
2010	15,0%	3,4%	30,3%	19,4%	11,9%	9,2%
2011	13,7%	3,2%	30,4%	12,8%	10,3%	8,7%
2012	8,9%	4,4%	20,7%	2,6%	8,0%	4,6%
2013	10,2%	2,0%	18,3%	13,0%	10,7%	3,1%



Abandono: O abandono em 2012 e 2013 foi 0% nas escolas de São João do Triunfo no Fundamental.

Ano	ABANDONO TODAS AS REDES					
	Total	1º ao 5º Ano / 1º Ano	1º ao 5º Ano / 2º Ano	1º ao 5º Ano / 3º Ano	1º ao 5º Ano / 4º Ano	1º ao 5º Ano / 5º Ano
2007	0,3%	0,0%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%
2008	0,1%	0,0%	0,4%	0,0%	0,3%	0,0%
2009	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%
2010	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
2011	0,3%	0,4%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%
2012	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2013	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

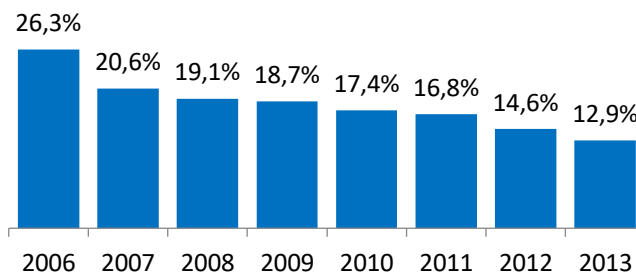


Indicador	Índice de distorção
Definição	Percentual de alunos com defasagem escolar

A distorção escolar no Ensino Fundamental em São João do Triunfo é considerada adequada se comparada com o Paraná e o Brasil.

Região	Ensino Fundamental
Brasil	23,7%
Paraná	14,6%
São João do Triunfo	12,9%

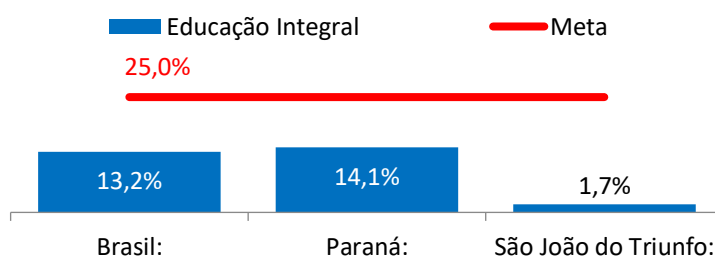
Fonte: Censo Escolar 2013, Ensino Público



Ainda em relação da Educação de Jovens e Adultos, a segunda é a Meta 10 do PNE, indica a oferta mínima de 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Indicador	<i>EJA Integrada</i>
Definição	<i>Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional</i>
Meta	25%

EJA Integrada	
Brasil:	1,7%
Paraná:	1,0%
São João do Triunfo:	0,0%

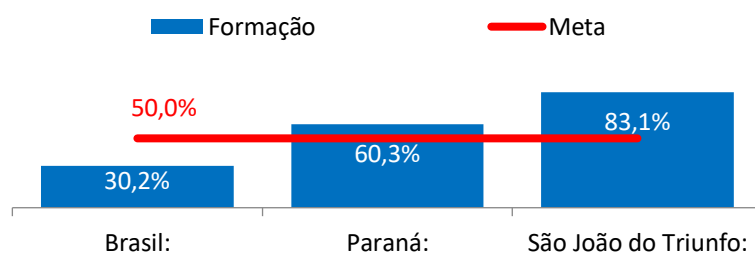


Formação de professores

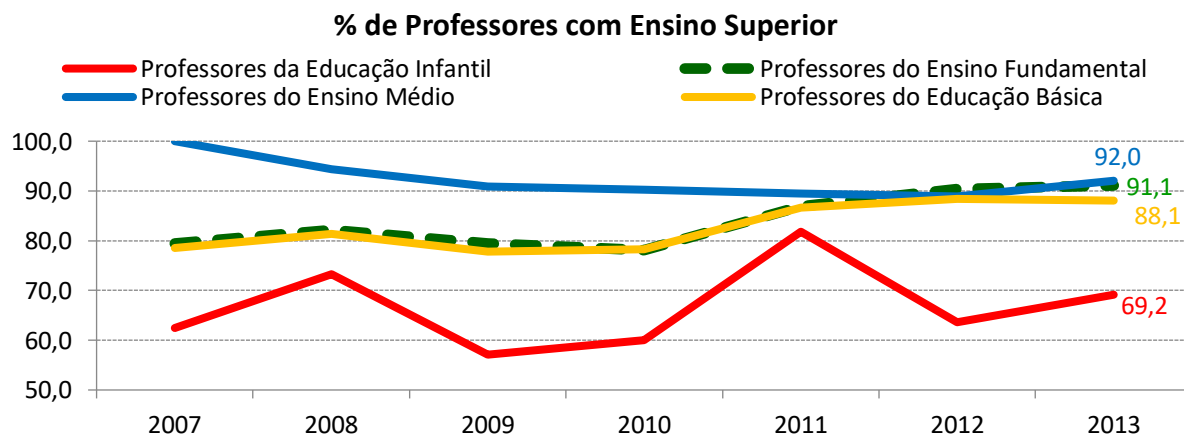
Os indicadores abaixo referem-se a análise específica a Meta 16, no tocante a formação dos professores, onde o PNE propõem, “Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”.

Indicador	Formação
Definição	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.
Meta	50%

Formação	
Brasil:	30,2%
Paraná:	60,3%
São João do Triunfo:	83,1%



O percentual de professores com Ensino Superior é bem oscilante na Educação Infantil. Já no Ensino Fundamental e no Ensino Básico eles tem um padrão que saiu de 80% em 2007 para em torno de 90% em 2013.



A formação de professores é considerada fundamental no PNE, e por consequência nos planos municipais, deve receber atenção merecida. A Meta 15 visa garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

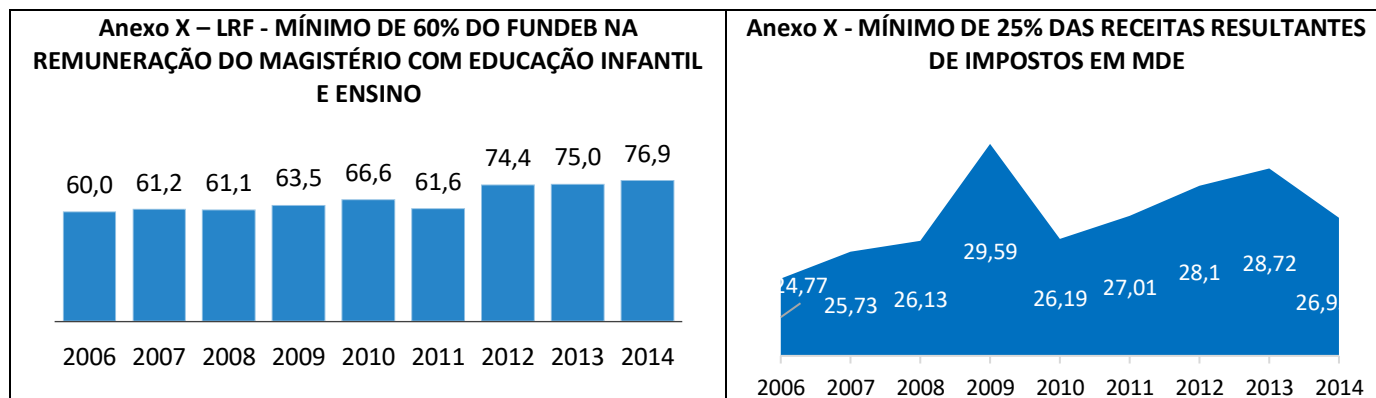
O percentual de profissionais com formação superior em São João do Triunfo é satisfatório, ficando acima dos índices estaduais e nacionais, chegando a 83% deles com pós-graduação. Entretanto cabe destacar que a pesquisa com os professores que terá um capítulo destinado, indicará os demais aspectos que devem ser levados em consideração no momento da formulação das estratégias, bem como no planejamento anual, visto que só a formação acadêmica, não fecha a questão qualidade no quesito formação de professores.

Financiamento da Educação

Um diferencial apontado pelos especialistas neste novo Plano Nacional de Educação, refere-se a apresenta de uma meta destinada a estruturar o financiamento. A questão se trona essencial, quando se percebe que os gastos hoje não atendem aos indicadores mínimos necessários para atingirmos patamares de qualidade. A meta 20, de forma ambiciosa, aponta a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Indicador	<i>FUNDEB E 25% de gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</i>
Definição	<i>Desempenho dos índices de aplicação mínima de 60% do FUNDEB em pagamento de pessoal e gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</i>

Observa-se que de 2006 até 2014 houve um crescimento contínuo nos gastos com os valores destinados a pagamento de pessoal com recurso do FUNDEB, chegando em 2014 a 76,9%. Já os recursos destinados a Manutenção e desenvolvimento do ensino, por englobarem diversos itens, como ampliações e construções de escolas, todo aporte de suprimentos pedagógicos e gastos com pessoal de apoio, demonstram-se com oscilações no decorrer dos anos sem uma tendência de alta.

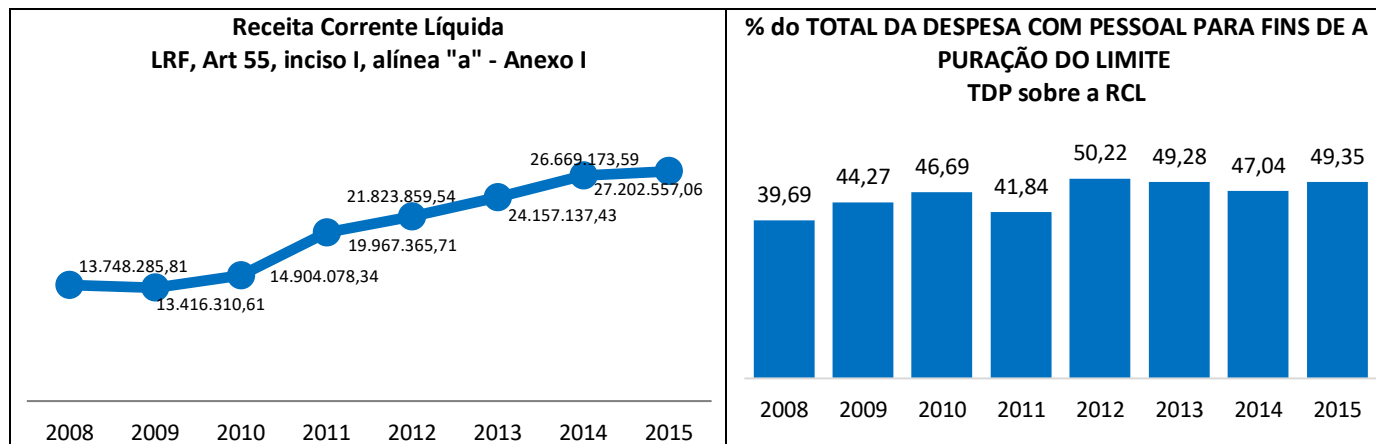


Indicador	<i>RCL e % de Pessoal para fins de limite LRF</i>
Definição	<i>Desempenho da arrecadação municipal para composição da Receita Corrente Líquida e percentual de pessoal para fins de limite fiscal</i>

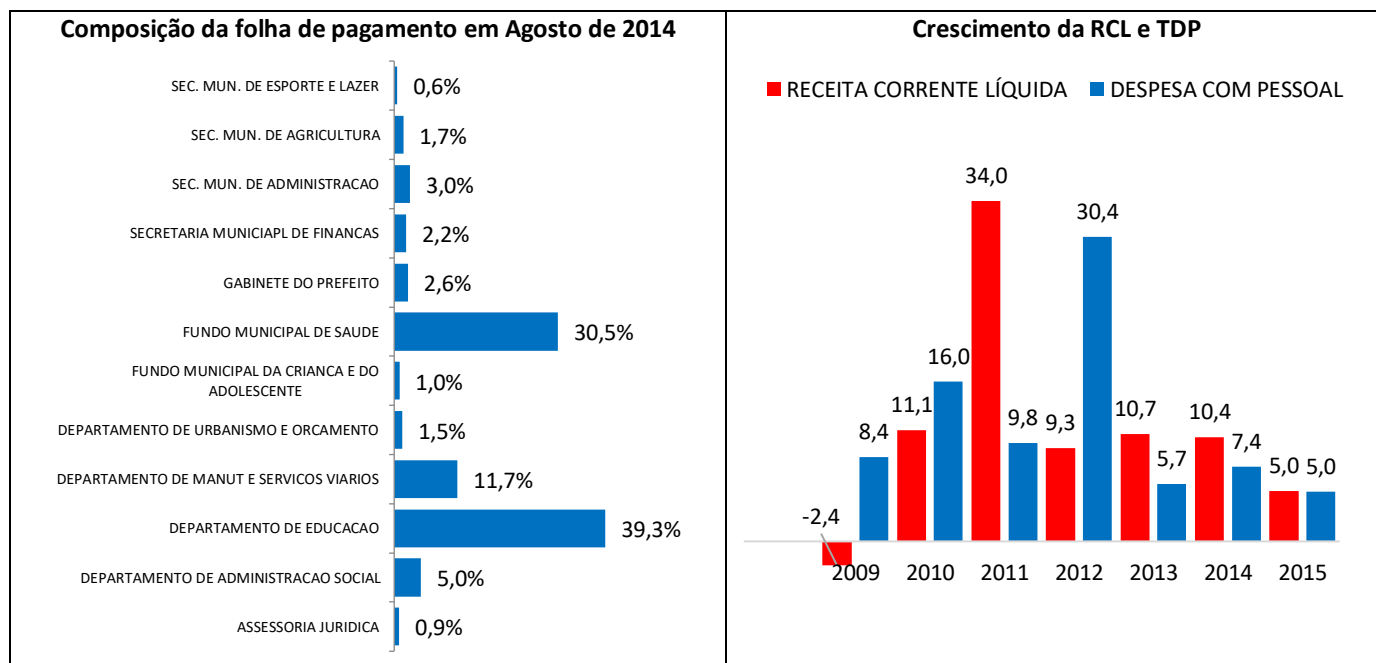
Um aspecto essencial quando mencionamos a ampliação dos investimentos em educação, dispõem sobre o crescimento das receitas correntes líquidas municipais e seus gastos com pessoal, os quais, por imposição a Lei Federal 101/2000, chamada Lei Fiscal, são analisadas de forma conjunta para estipular um dos mais importantes limites fiscais aos gestores públicos: os gastos totais com pessoal

Apesar de percebermos que a Receita Corrente Líquida dobrou de 2008 a 2013, fato positivo, percebemos que os gastos com pessoal para fins de apuração cresceram na mesma proporção, mantendo

os índices pouco abaixo chamado limite prudencial, descrito no parágrafo único do art. 22 da Lei Fiscal que é de 51,3%. Cabe destacar que, segundo dados disponíveis no Portal da Transparência, o número de funcionários da prefeitura se manteve estável.



Mais um dado que dispõe da importância da educação na questão do financiamento e quanto está interfere no aspecto financeiro, está no indicador da composição da folha mensal da Prefeitura, 39,3% dos pagamentos mensais.



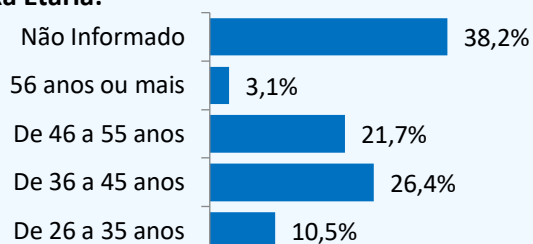
5 PESQUISA COM OS PROFESSORES

5.1 PERFIL PESSOAL

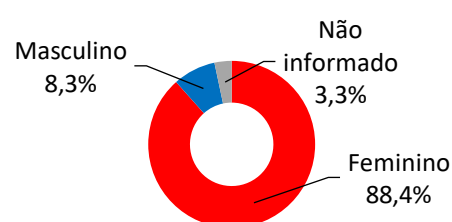
Foram entrevistados 56 professores, sendo que 26,4% tinham de 36 a 45 anos e 21,7% de 46 a 55 anos. A maioria do sexo feminino, 88,4% e casadas, 65,0%. Todos naturais do Paraná, sendo que 62,7% são naturais de São João do Triunfo. Cabe ressaltar que apenas 2 professores não moram no município, esses dois moram em São Mateus do Sul.

Dos 56 professores 79,5% tem filhos, mas apenas 16,7% têm filhos estudando na instituição em que lecionam.

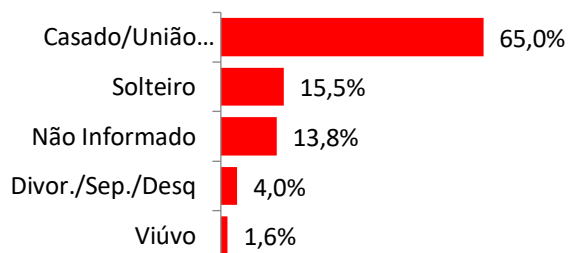
Faixa Etária:



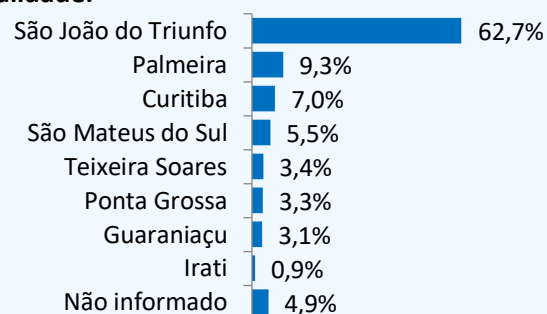
Sexo:



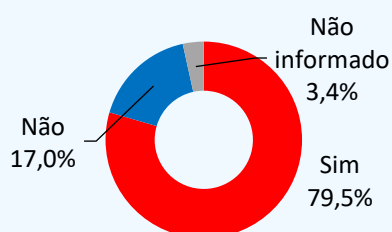
Estado Civil:



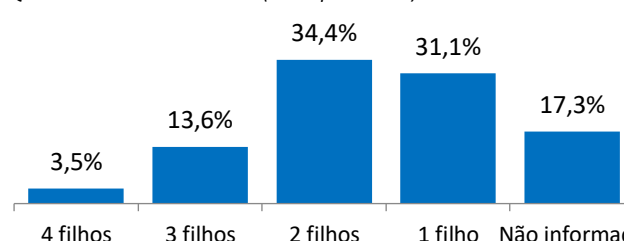
Naturalidade:



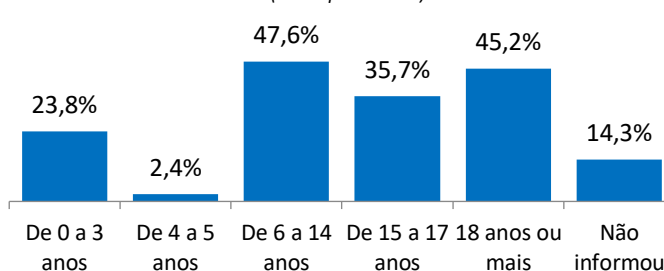
Possui Filhos:



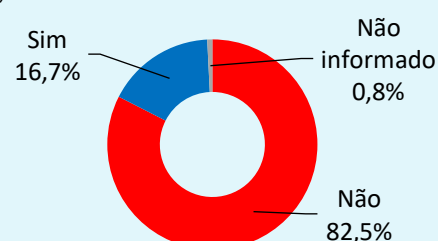
Quantidade de filhos (42 respondentes):



Faixa Etária dos filhos (42 respondentes):



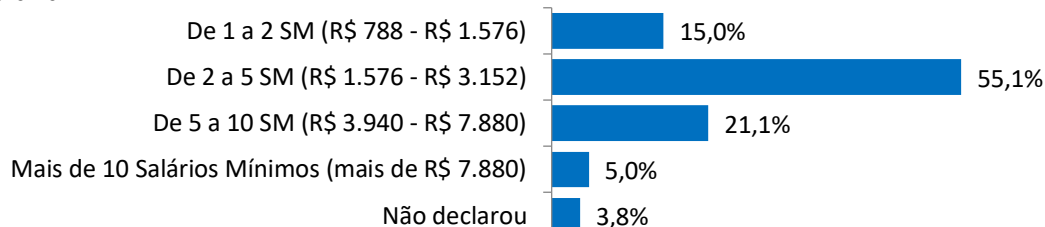
Filhos na Instituição em que trabalham (42 respondentes)?



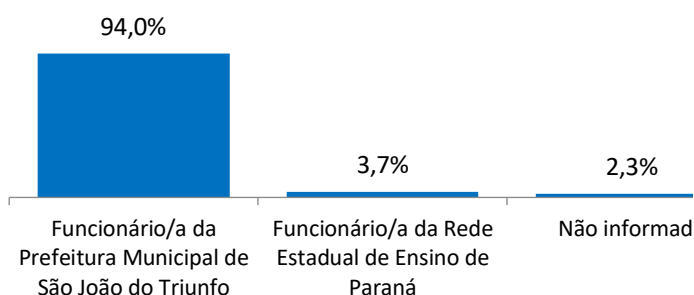
5.2 PERFIL PROFISSIONAL

A faixa salarial dos professores está entre 2 e 3 salários mínimos (55,1%). A maioria é funcionário da Prefeitura (94,0%), e 86,6% tem Ensino Superior Completo. 67,1% dos professores sinalizaram que pretendem investir em sua escolaridade nos próximos dois anos, mas a maioria não informou em que pretende investir (26,5%).

Faixa Salarial:



Situação Funcional:

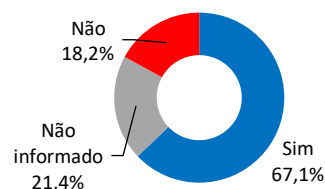


Escolarização:

Nível	Possuem	Público
Magistério	77,7%	83,9%
Nível Médio	46,6%	78,3%
Superior	86,6%	38,3%
Especialização	88,2%	5,4%
Mestrado	0%	-
Doutorado	0%	-

Há previsão de investir em sua escolaridade nos próximos 2 anos:

Resposta	Quant.	(%)
Sim	34	67,1%
Não informado	12	21,4%
Não	10	18,2%
Total	56	100,0%



Curso pretendido:

Curso	Quant.	(%)
Não informado	9	26,5%
Comp. do curso normal superior	3	8,8%
Educação especial	2	5,9%
Educação no campo	3	8,8%
Especialização	3	8,8%
Licenciatura	2	5,9%
Outros*	12	35,3%
Total	34	100,0%

***1 citação:** Letras e Literatura, Sociologia, Biologia, Capacitação, Pedagogia, Geografia mais especialização, Arte, Gestão, Mestrado, Alfabetização, História, Matemática.

A Valorização dos Profissionais do Magistério é destacada na Meta 17 do PNE, dispondo sobre a necessidade de equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade

equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE, aspecto que não foi detectado no município em relação ao Piso Nacional do Professores.

No aspecto formação, os índices encontrados na amostra foram superiores ao censo escolar demonstrado no indicador neste diagnóstico, que foi de 83% dos profissionais com pós-graduação, nesta chegando a 88%. Ainda na questão formação, quando perguntados se há previsão de investir em sua escolaridade nos próximos 2 anos, 67% disseram que sim, e 18 % disseram que não, demonstrando a necessidade de criação de um programa municipal de formação continuada, onde possamos envolver 100% dos profissionais em algum tipo de capacitação continua, mesmo que não formal ou acadêmica, ou criar incentivos, de forma a não deixar apenas a cargo da escolha ou das possibilidades pessoais de cada professor a sua a formação.

Tempo de trabalho na área de educação:

Em São João do Triunfo

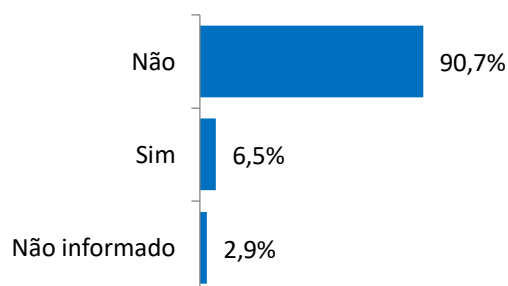
Resposta	Quant.	(%)
Menos de 1 ano	4	10,1%
De 5 a 9 anos	6	10,7%
De 10 a 14 anos	9	16,4%
De 15 a 19 anos	11	16,0%
De 20 a 24 anos	12	23,6%
De 30 a 34 anos	7	13,3%
35 anos ou mais	2	5,6%
Não informado	5	4,3%
Total	56	100,0%

Na Educação

Resposta	Quant.	(%)
Menos de 1 ano	3	6,9%
De 1 a 4 anos	2	3,8%
De 5 a 9 anos	4	7,4%
De 10 a 14 anos	11	20,5%
De 15 a 19 anos	8	11,2%
De 20 a 24 anos	12	23,1%
De 30 a 34 anos	7	14,8%
35 anos ou mais	2	5,6%
Não informado	7	6,8%
Total	56	100,0%

Trabalha em outra instituição:

Resposta	Quant.	(%)
Não	47	90,7%
Sim	5	6,5%
Não informado	4	2,9%
Total	56	100,0%



Quase 70% dos profissionais trabalham nas escolas de São João Do Triunfo de 10 a 30 anos, demonstrando um quadro estável que permite um planejamento e um investimento em formação e especialização nas áreas deficitárias do município. Sendo que 90% dos entrevistados afirmam trabalham em um só estabelecimento, dado importante em relação a qualidade de vida do profissional e a criação de identidade com o estabelecimento onde trabalha.

Quando da pergunta sobre os temas mais importantes na formação continuada para o desenvolvimento profissional, optou pela possibilidade de escolha de mais de um tema, de forma a obter um indicativo para os futuros programas de formação continuada a serem elaborados pela Secretaria de Educação.

Aspecto aqui relevante dis respeito as necessidades emergenciais e convergente com os assuntos ora abordados pelo Plano NAcial de educação, demosntrando que a alfabetização e as novas metodologias e práticas de ensino são sem dúvidas as maiores necessidades, não apenas na educação municipal.

Temas mais importantes na formação continuada para o desenvolvimento profissional:

Resposta	Quant.	(%)
Métodos de alfabetização	38	67,9%
Metodologia com recursos multimídia	32	57,1%
Trabalho com projetos em sala de aula	31	55,4%
Metodologias aplicadas as disciplinas	30	53,6%
Disciplina em sala de aula	20	35,7%
Princípios da Avaliação	18	32,1%
Fundamento da língua portuguesa para professores	15	26,8%
Fundamentos de psicopedagogia	14	25,0%
Temas transversais	12	21,4%
Respondentes	56	-

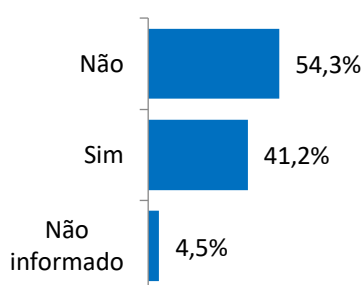


5.3 CARREIRA

A carreira recebeu um destaque importante no PNE, pontuando em sua Meta 18, que no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

O município tem um sistema de avaliação funcional na carreira do magistério.

Resposta	Quant.	(%)
Não	32	54,3%
Sim	21	41,2%
Não informado	3	4,5%
Total	56	100,0%

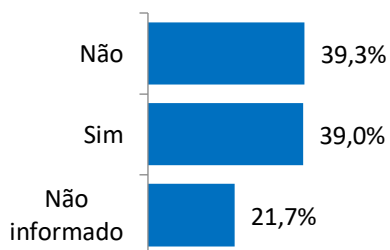


Ano da Avaliação		
Resposta	Quant.	(%)
2005	4	19,0%
2008	10	47,6%
2009	4	19,0%
Não informado	3	14,3%
Total	21	100,0%

Em relação ao aspecto avaliação funcional, critérios indispensáveis a todo o sistema educacional, especialmente ao Plano de Carreira, 54% dos professores afirmaram que o município não tem um sistema de avaliação e 41% apresentaram resposta afirmativa, demonstrando um desconhecimento do mecanismo, fato que se torna explicável quando das respostas em relação ao último ano que foi realizada a avaliação funcional, 47% disseram que foram avaliados em 2008, 19% em 2005, sendo que nos últimos 5 anos não houveram avaliações reconhecidas pela classe, sendo que, provavelmente esse lapso temporal provocado a sensação de que o município não tem um sistema de avaliação efetivo aos olhos dos profissionais.

Tem plano de cargos, vencimentos e carreira (Lei Vigente)

Resposta	Quant.	(%)
Não	23	39,3%
Sim	23	39,0%
Não informado	10	21,7%
Total	56	100,0%



O plano valoriza a carreira?		
Resposta	Quant.	(%)
Não	10	14,1%
Sim	6	10,9%
Não informado	7	75,0%
Total	23	100,0%

Em ordem, os aspectos mais importantes na estruturação de um plano de cargos

Aspectos	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Não informado	Total
Critérios definidos de reajustes salariais	8 14,3%	3 5,4%	11 19,6%	4 7,1%	5 8,9%	9 16,1%	8 14,3%	3 5,4%	5 8,9%	56 100,0%
Critérios para avaliação Funcional	2 3,6%	1 1,8%	4 7,1%	2 3,6%	6 10,7%	7 12,5%	15 26,8%	13 23,2%	6 10,7%	56 100,0%
Mecanismos de gestão participativa	0,0%	6 10,7%	1 1,8%	4 7,1%	2 3,6%	11 19,6%	15 26,8%	16 28,6%	1 1,8%	56 100,0%
Mecanismos de promoção por titularidade/ formação acadêmica	5 8,9%	23 41,1%	2 3,6%	10 17,9%	3 5,4%	1 1,8%	1 1,8%	4 7,1%	7 12,5%	56 100,0%
Piso Salarial conforme legislação	35 62,5%	7 12,5%	5 8,9%	1 1,8%	1 1,8%	0,0%	1 1,8%	5 8,9%	1 1,8%	56 100,0%
Programas de capacitação e formação continuada	4 7,1%	6 10,7%	11 19,6%	11 19,6%	11 19,6%	5 8,9%	5 8,9%	0,0%	3 5,4%	56 100,0%
Promoção por merecimento baseado em critérios de produtividade	0,0%	5 8,9%	12 21,4%	10 17,9%	5 8,9%	15 26,8%	1 1,8%	4 7,1%	4 7,1%	56 100,0%
Promoção por tempo de serviço	1 1,8%	4 7,1%	9 16,1%	13 23,2%	19 33,9%	2 3,6%	2 3,6%	4 7,1%	2 3,6%	56 100,0%
Não informado	1 1,8%	1 1,8%	1 1,8%	1 1,8%	4 7,1%	6 10,7%	8 14,3%	7 12,5%	27 48,2%	56 100,0%

Os dados demonstram a nítida divisão entre o grupo de professores no tocante a legislação municipal, haja visto que há uma lei vigente, n. 860 /2003, esta trata da carreira do magistério, entretanto não é assim percebida por mais da metade dos professores como um instrumento de carreira, uma hipótese que pode ter dado origem a essa divergência, é a falta de aplicabilidade da lei e sua desatualização frente aos novos conceitos de carreira, dado observado quando da pergunta se o plano valoriza a carreira, observado 75% dos professores não informaram.

Mia uma informação importante diagnosticada, indica que, quanto aos aspectos mais importantes na estruturação de um plano de cargos, obtivemos por ordem de importância, em 1º lugar, com 62% um piso salarial conforme legislação, seguido em 2º com 41%, os Mecanismos de promoção por titularidade/ formação acadêmica e repetidamente com 19% em 3º, 4º e 5º lugares, os Programas de capacitação e formação continuada, demonstrando assim, um concepção de plano de carreira para a classe de professores de São João do Triunfo.

Frente a análise, eminente a necessidade de atender a meta do PNE e elaborar uma legislação que de conta dos aspectos estruturais que realmente compõe um Plano de Carreira para o Magistério.

5.4 PERCEPÇÕES

Itens externos ao ambiente escolar considerados problemas da Educação Básica:

Item	Citações	(%)
Investimentos públicos insuficientes para atender com qualidades as necessidades educacionais;	44	78,6%
Baixa remuneração paga aos professores de Ensino Básico, principalmente da educação pública. Falta de um sistema que beneficie os profissionais mais eficientes.	43	76,8%
Muitas faculdades e universidades não preparam o professor para a realidade da sala de aula.	37	66,1%
Carência em sistemas eficientes de aperfeiçoamento, capacitação e educação continuada para professores;	36	64,3%
Carência de condições materiais em escolas de regiões pobres.	22	39,3%
Burocracia em excesso na administração escolar;	11	19,6%
Existência de professores lecionando sem formação específica para a área (principalmente em regiões mais carentes do Brasil);	5	8,9%
Respondentes	56	-

Questões relacionadas aos investimentos na área educacional, são entendidos pelos profissionais como os fatores externos ao ambiente escolar que mais geram problemas na educação básica, 78% deles afirmam que investimentos públicos são insuficientes para atender com qualidades as necessidades educacionais, e a Baixa remuneração paga aos professores de Ensino Básico, principalmente da educação pública. Falta de um sistema que beneficie os profissionais mais eficientes, são citados por 76% dos entrevistados.

Principais questões relacionadas com o ambiente escolar consideradas problema na Educação Básica:

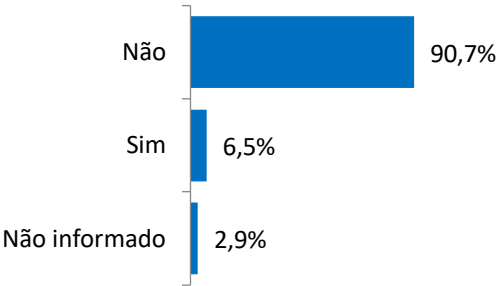
Item	Citações	(%)
Baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos e nos assuntos da escola;	49	87,5%
Falta de conexão entre os níveis de ensino (infantil, fundamental e médio);	36	64,3%
Currículo pouco interessante para os alunos ou desconectados da realidade;	26	46,4%
Uso em excesso de métodos de ensino ultrapassados (questionários, cópias de lição na lousa, muitas aulas teóricas sem participação dos alunos, etc.);	15	26,8%
Elevados índices de repetência, principalmente em regiões mais carentes;	8	14,3%
Altas taxas de abandono de alunos devido ao fracasso escolar ou problemas financeiros;	5	8,9%
Respondentes	56	-

Na análise das principais questões relacionadas com o ambiente escolar consideradas pelos professores um problema na Educação Básica, 87% deles apontam a baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos e nos assuntos da escola e 46% apontam como problema um currículo pouco interessante para os alunos ou desconectados da realidade.

Ainda em relação as questões que interferem nesta qualidade educacional, quando perguntados se a educação em tempo integral seria uma das ações para melhoria da educação, 53% afirmaram que não e 10 % não responderam.

Educação integral seria uma das ações essenciais para melhorar os padrões de educação:

Resposta	Quant.	(%)
Não	35	53,6%
Sim	15	37,8%
Não informado	6	10,7%
Total	56	100,0%



Problemas do sistema de educacional nas esferas/espaços:

NACIONAL - Citação	(%)
Espaço físico	20,0%
Falta de investimentos	20,0%
Baixo repasse de verbas / Desvio de verbas	15,0%
Alunos ricos inseridos nas faculdades públicas	10,0%
Baixa remuneração	10,0%
Falta de condições financeiras	10,0%
Falta de oportunidades alunos carentes	10,0%
Seriedade	10,0%
Valorização	10,0%
Dificuldade de acesso aos programas federais	5,0%
Distanciamento das realidades	5,0%
Fundeb	5,0%
Oportunidades	5,0%
Organização política	5,0%
Respondentes 20	100,0%

MUNICIPAL - Citação	(%)
Currículo pouco interessante para os alunos / Métodos de ensino ultrapassados	100,0%
Chamar professor de concurso para suprir a demanda / Falta de professores	53,8%
Espaço físico / Falta de estrutura	50,0%
Falta de conexão entre os níveis de ensino (infantil, fundamental e médio)	42,3%
Baixa remuneração / Baixa valorização	26,9%
Cursos de capacitação / Formação continuada	26,9%
Falta de transporte escolar / Transporte precário	23,1%
Problemas financeiros	19,2%
Valorização profissional	19,2%
Assédio Moral / Sistema autoritário	15,4%
Manutenção das estradas	11,5%
Número elevado de alunos	11,5%
Falta de compromisso do professor / Professores faltosos	7,7%
Capacitar conselheiros para conselho	3,8%
Critérios para concessão de licença especial	3,8%
Falta apoio aos estudantes do magistério	3,8%
Falta de materiais didáticos	3,8%
Falta de comunicação da Gestão	3,8%
Falta de psicólogo e fonodólogo	3,8%
Reformulação do plano de carreira	3,8%
Respondentes 26	-

Em relação aos problemas do sistema de educacional nas esferas no que compete as esferas municipal e nacional, 100% dos respondentes citaram em primeiro lugar o currículo pouco interessante para os alunos e ou métodos de ensino ultrapassados no âmbito municipal, seguido de falta de professores e falta de estrutura física por 50 % dos profissionais. Já na esfera nacional, as opiniões foram bem dispersas, sendo que todas as 4 primeiras na faixa de 19 a 20 % das menções, assinalam a falta de investimento, repasse de verbas e infraestrutura para educação.

Já nas análises são espaços escolar, isto é, em cada escola que atuam, o item colocado em primeira escala foi o espaço físico inadequado, com 63% das respostas, seguido da Falta de apoio pedagógico / Falta de material pedagógico e Falta de participação dos pais com 28% e 26% de respostas

Escolar

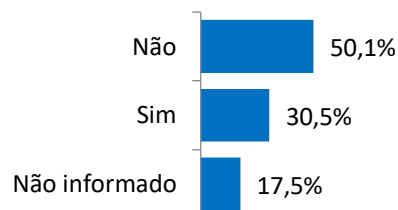
Citação	Quant.	(%)
Espaço físico inadequado	24	63,2%
Falta de apoio pedagógico / Falta de material pedagógico	11	28,9%
Falta de participação dos pais	10	26,3%
Mais profissionais atuando	7	18,4%
Número elevado de alunos	4	10,5%
Investimento humano / Valorização profissional	4	10,5%
Falta de profissionais comprometidos	4	10,5%
Falta de limites	4	10,5%
Desinteresse dos alunos	4	10,5%
Indisciplina	2	5,3%
Falta de parceria	2	5,3%
Falta de diálogo	2	5,3%
Alunos fora da faixa etária	2	5,3%
Acesso a tecnologia	2	5,3%
Financiamento	1	2,6%
Falta merenda	1	2,6%
Falta ética	1	2,6%
Falta do poder público	1	2,6%
Distribuição de um fundo rotativo para as escolas	1	2,6%
Comércio nas escolas	1	2,6%
Acessibilidade	1	2,6%
Respondentes	38	-

5.5 OUTROS TEMAS**IDEB**

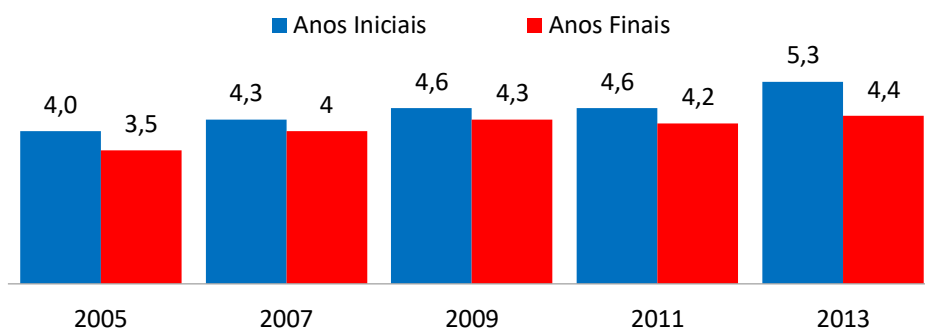
Sobre o IDEB 53,6% afirma que não sabe o valor mensurado em 2013, e 46,4% afirma que foi de 5,3.

Opinião sobre o IDEB, esse Índice realmente afere a qualidade do aprendizado nacional?

Resposta	Quant.	(%)
Não	25	50,1%
Sim	18	30,5%
Não informado	13	17,5%
Total	56	100,0%



O IDEB alcançado pelo município é mostrado abaixo:



A Meta 7 do PNE, destina-se a análise e planejamento em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que tem por objetivo fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio

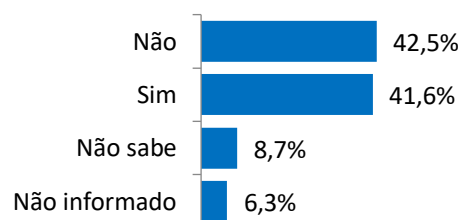
Podemos observar que as médias encontradas na série histórica do município apresentam-se de forma crescente, conduzindo o município para atenção plena da meta 07 do PNE, cabe ao município, em conjunta com o grupo de profissionais envolvidos, demonstrar a importância de tal ferramenta nas políticas públicas nacionais e por consequência nas municipais e estabelecer os índices e as estratégias de forma atingir plenamente a meta no final da década.

Gestão Democrática

Sobre a indagação da percepção sobre uma gestão democrática, novamente os entrevistados estão divididos quanto as suas opiniões, sem discussão de conceitos, 42% tem resposta afirmativa a pergunta, e 41% negativa. Quando perguntados sobre quais organizações não estão efetivamente organizadas no município de São João do Triunfo, observa-se que 51% não sabem responder sobre essas organizações, com ênfase de 32% desses afirmando que não há fórum permanente de educação organizado. Já quando perguntados sobre as participais em organizações, as mais evidentes foram: reuniões de pais e mestres com 85%, projeto político pedagógico com 51% e reuniões de revisão curricular com 19%, destacando os mecanismos mais próximos ao pedagógico escolar, deixando com participação mínima organismos essenciais como os conselhos de fiscalização do FUNDEB e ou Conselho Escolar.

Considera a gestão educacional do Município Democrática:

Resposta	Quant.	(%)
Não	26	42,5%
Sim	23	41,6%
Não sabe	3	8,7%
Não informado	4	6,3%
Total	56	100,0%



Organizações você participou no último ano:

Organizações	Quant.	(%)
7 - Reunião de Pais e Mestres	48	85,7%
5 - Projeto Político Pedagógico	29	51,8%
10 - Reuniões para Revisão Curricular	11	19,6%

3- Conselho de Educação	9	16,1%
4 - Conselho do Fundeb	5	8,9%
8 - Conselho Escolar	5	8,9%
2 - Conselho da Merenda	3	5,4%
1- Conselho Tutelar	2	3,6%
9 - Sistema de Fórum Permanente de Educação	2	3,6%
6 - Audiência Pública de Prestação de Contas Quadrimestrais Lei Fiscal		0,0%
Respondentes	56	-

Quais organizações não estão efetivamente organizadas:

Organizações	Quant.	(%)
9 - Sistema de Fórum Permanente de Educação	18	32,1%
6 - Audiência Pública de Prestação de Contas Quadrimestrais Lei Fiscal	11	19,6%
8 - Conselho Escolar	10	17,9%
4 - Conselho do Fundeb	6	10,7%
2 - Conselho da Merenda	5	8,9%
3 - Conselho de Educação	5	8,9%
1- Conselho Tutelar	3	5,4%
10 - Reuniões para Revisão Curricular	3	5,4%
5 - Projeto Político Pedagógico	2	3,6%
7 - Reunião de Pais e Mestres	0	0,0%
Não soube informar	29	51,8%
Respondentes	56	-

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O planejamento educacional é uma tarefa bastante desafiadora e gratificante. Planejar, nesse contexto do Plano de Educação, conforme modelo federativo e suas regulamentações, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação das desigualdades que são históricas no Brasil, para tanto os municípios precisam adotar uma nova postura e se posicionam frente a um desafio descrito pelo MEC: “construir formas orgânicas de colaboração entre os sistemas de ensino, mesmo sem que as normas para a cooperação federativa tenham sido ainda regulamentadas.”

A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.

Frente ao exposto, necessário trabalhar de forma articulada, para a construção de metas alinhadas ao PNE, questão apontada no corpo da Lei 13.005/2014.

O presente diagnóstico, elaborado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, traz algumas análises e informações sobre cada uma das metas nacionais com o objetivo de aproximar, ainda mais, agentes públicos e sociedade em geral dos debates e desafios na educação de São João do Triunfo.

Este documento apresenta uma descrição básica do município, desenhando um cenário que pretende ajudar a compreender as razões pelas quais a educação se encontra de uma determinada maneira, e servirá de base para as escolhas que serão feitas pela sociedade local na priorização de determinadas metas e na definição das formas de enfrenta-las.

Não nos cabe destacar pontos do diagnóstico para não contaminar a interpretação do grupo de análise técnica, entretanto gostaríamos de evidenciar dois aspectos que essências dentro da situação do município com relação ao processo de elaboração do Plano de Educação ao PNE, que podem ser analisadas com mais atenção e convertidas em metas ou estratégias dentro

do plano municipal. Uma delas refere-se as questões relativas a gestão democrática, que mecanismos simples de comunicação social pode contribuir para que o grupo de profissionais e comunidade em geral possa melhorar a percepção especialmente entre os profissionais, empoderando este de informações essenciais dentro das políticas públicas para educação e dos atenuantes municipais. Estratégias simples como construção de uma plataforma Web para divulgação de informações que também pode atender a área pedagógica, pode produzir efeitos ótimos na questão. Ainda no aspecto gestão democrática, percebe-se pela pesquisa com os professores que questões de conhecimento e até de divulgação da legislação e de ações fazem com que conflitos e divergência aconteçam, não dando uniformidade a questões simples como o Plano de Carreira, essencial dentro do Sistema de Educação e que exige uma meta específica no plano.

O segundo aspecto refere-se à relação escola comunidade e a influência que esta comunidade interfere de forma positiva e/ou negativa no processo pedagógico. Muitas das observações são veementes quando apontam a necessidade de construir estratégias na busca de manter a família em consonância com a proposta pedagógica da escola e até, fazer com que a comunidade participe da gestão escolar, não apenas em eventos festivos, mas acompanhe e tem consciência dos aspectos essenciais da construção da aprendizagem, considerado fator determinante na evolução das crianças. No caderno especial sobre o tema, poderá se perceber como a comunidade percebe a escola e suas principais considerações obtidas na pesquisa com os pais de São João do Triunfo, e, pela maciça participação dos pais no retorno dos questionários, cabe salientar a necessidade de fundamentar uma meta específica sobre o assunto.

Por fim, este material não tem fim em si mesmo, é apenas o ponto de partida para iniciarmos as discussões que conduzirá o município numa caminhada segura para os próximos dez anos.

7 ANEXOS

ANEXO I – Questionário dos Professores

PESQUISA DE PERCEPÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO



DADOS PESSOAIS (Não há necessidade de colocar nome)				
1. Idade:				
2. Sexo: () Masculino () Feminino				
3. Naturalidade - Cidade:			Estado:	
4. Estado Civil do responsável do domicílio: () Solteiro () Casado/União Estável/Mora junto () Viúvo () Divor./Sep./Desq.				
5. Tem filhos? () Não () Sim. Qual a idade de cada um deles? Filho1: ____ Filho2: ____ Filho3: ____ Filho4: ____ Filho5: ____				
6. Tem filhos na instituição em que trabalha? () Não () Sim. Quantos? ____				
7. Mora no município? () Não. E qual município mora? ____ () Sim. Em qual bairro/localidade? ____				
8. Qual a renda total do domicílio? Tentar colher a informação de forma aberta em reais, se não uma faixa. Renda total em R\$: ____ () Até 1/2 Salário Mínimo (Até R\$ 312) () De 1/2 até 1 Salário Mínimo (De R\$ 312 - R\$ 724) () De 1 a 2 SM (R\$ 724 - R\$ 1.448) () De 2 a 5 SM (R\$ 1.448 - R\$ 3.620) () De 5 a 10 SM (R\$ 3.620 - R\$ 7.240) () Mais de 10 Salários Mínimos (mais de R\$ 7.240) () Não declarou				
9. Escolaridade:				
Curso	Realizou?	Setor?	Ano de conclusão	Instituição / Linha de Pesquisa
Magistério	() Sim () Não	() Público () Privado		
Nível Médio	() Sim () Não	() Público () Privado		
Superior	() Sim () Não	() Público () Privado		
Especialização	() Sim () Não	() Público () Privado		
Mestrado	() Sim () Não	() Público () Privado		
Doutorado	() Sim () Não	() Público () Privado		
10. Em seus planos pessoais, há previsão de investir em sua escolaridade formal nos próximos 2 anos?				

() Não () Sim, Qual Curso?
11. Tempo de trabalho na área de educação: Em São João do Triunfo _____ anos No total na área de magistério _____ anos
12. Situação funcional: () Funcionário/a da Prefeitura Municipal de São João do Triunfo () Funcionário/a da Rede Estadual de Ensino de Paraná
13. Trabalha em mais de uma instituição: () Não () Sim. Tipo: () Público () Privado () Conveniada Quantas instituições fora esta? ____
14. Níveis de ensino: Escola 1 - () Educação Infantil () Fundamental () Ens. Médio () Ens. Superior () Pós-graduação () Curso Profissionalizantes Escola 2 - () Educação Infantil () Fundamental () Ens. Médio () Ens. Superior () Pós-graduação () Curso Profissionalizantes Escola 3 - () Educação Infantil () Fundamental () Ens. Médio () Ens. Superior () Pós-graduação () Curso Profissionalizantes
15. Nome da Escola em que está trabalhando em 2015?
16. Faixa etária das crianças das turmas que trabalha neste ano: () De 0 a 3 anos De () 4 a 6 anos () 7 a 9 anos () 10 a 15 anos
17. Quantidade de alunos na sala de aula hoje: _____
18. Carga horária de atuação nesta escola: () 20 horas semanais () 40 horas semanais

PERCEPÇÃO
19. Assinale APENAS QUATRO ITENS externos ao ambiente escolar, que podem ser considerados em sua opinião, problemas da Educação Básica: () Muitas faculdades e universidades não preparam o professor para a realidade da sala de aula. () Baixa remuneração paga aos professores de Ensino Básico, principalmente da educação pública. Falta de um sistema que beneficie os profissionais mais eficientes. () Carência em sistemas eficientes de aperfeiçoamento, capacitação e educação continuada para professores; () Burocracia em excesso na administração escolar; () Investimentos públicos insuficientes para atender com qualidades as necessidades educacionais; () Existência de professores lecionando sem formação específica para a área (principalmente em regiões mais carentes do Brasil); () Carência de condições materiais em escolas de regiões pobres.
20. Dos aspectos relacionados com o ambiente escolar, marque 3 principais questões que podem ser considerados problemas na Educação Básica, em sua opinião: () Baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos e nos assuntos da escola; () Elevados índices de repetência, principalmente em regiões mais carentes; () Baixa permanência dos alunos nas escolas (média de 4 horas diárias); () Uso em excesso de métodos de ensino ultrapassados (questionários, cópias de lição na lousa, muitas aulas teóricas sem participação dos alunos, etc.); () Falta de conexão entre os níveis de ensino (infantil, fundamental e médio);

☐ Altas taxas de abandono de alunos devido ao fracasso escolar ou problemas financeiros; ☐ Currículo pouco interessante para os alunos ou desconectados da realidade;		
21. Na sua concepção, a educação integral seria uma das ações essenciais para melhorar os padrões de educação em seu município? ☐ Sim ☐ Não		
22. Cite 3 problemas do sistema de educacional nas esferas/espaços:		
Nacional	Municipal	Ambiente da sua Escola
23. O município tem um sistema de avaliação funcional na carreira do magistério ☐ não ☐ sim. Qual foi o último ano em que você fez uma avaliação? _____		
24. O município tem plano de cargos, vencimentos e carreira (Lei Vigente)? ☐ Não ☐ Sim. Em caso afirmativo, considera-o um instrumento de valorização profissional? ☐ Sim ☐ Não		
25. Quais os aspectos, que na sua opinião são os mais importantes na estruturação de um plano de cargos? Numere em ordem de prioridades de 1 a 8 ☐ Piso Salarial conforme legislação ☐ Mecanismos de promoção por titularidade/ formação acadêmica ☐ Programas de capacitação e formação continuada ☐ Promoção por merecimento baseado em critérios de produtividade ☐ Promoção por tempo de serviço ☐ Critérios para avaliação Funcional ☐ Mecanismos de gestão participativa ☐ Critérios definidos de reajustes salariais		
26. Em um programa de formação continuada, marque 4 temas que você considera fundamentais para o seu desenvolvimento profissional: ☐ Princípios da Avaliação ☐ Disciplina em sala de aula ☐ Fundamento da língua portuguesa para professores ☐ Metodologias aplicadas as disciplinas ☐ Métodos de alfabetização ☐ Temas transversais ☐ Fundamentos de psicopedagogia ☐ Metodologia com recursos multimídia ☐ Trabalho com projetos em sala de aula		
27. Em sua opinião, o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), realmente afere a qualidade do aprendizado nacional? ☐ Sim ☐ Não. Qual o último IDEB aferido no Município: _____		
28. Assinale em quais das organizações você participou no último ano, como membro ou assistiu ao menos 1 reunião		

ordinária:

- ☐ 1- Conselho Tutelar
- ☐ 2 - Conselho da Merenda
- ☐ 3- Conselho de Educação
- ☐ 4 - Conselho do Fundeb
- ☐ 5 - Projeto Político Pedagógico
- ☐ 6 - Audiência Pública de Prestação de Contas Quadrimestrais Lei Fiscal
- ☐ 7 - Reunião de Pais e Mestres
- ☐ 8 - Conselho Escolar
- ☐ 9 - Sistema de Fórum Permanente de Educação
- ☐ 10 - Reuniões para Revisão Curricular

29. Com base nos itens numerados da questão acima, indique os números cujas as organizações não estão efetivamente organizadas ou não existem em seu município: _____

30. Você considera a gestão educacional do Município Democrática?

☐ Sim ☐ Não

31. Quais os principais mecanismos que podem tornar uma gestão democrática:

32. Considerações

Anexo II

Questionário dos Pais

	PESQUISA QUANTITATIVA
	Gostaríamos da sua colaboração no preenchimento deste questionário que servirá de base para o planejamento do plano de educação decenal. Não é obrigado a dizer seu nome. Pode responder o que quiser, pois ninguém saberá o que você falou.

1 PERFIL DO ENTREVISTADO	
1.1 Bairro/Localidade:	(1) Zona Rural (2) Zona Urbana
1.2 Qual a idade e série em que seus filhos estudam? Filho 01: Idade em anos? _____ Série em que estuda? _____ Filho 02: Idade em anos? _____ Série em que estuda? _____ Filho 03: Idade em anos? _____ Série em que estuda? _____ Filho 04: Idade em anos? _____ Série em que estuda? _____	
1.3 Gostaríamos de saber a opinião de vocês pais ou responsáveis sobre o desenvolvimento de seu filho(a), sua participação e sobre a escola? Vocês acompanham as tarefas e a agenda de seu filho(a) diariamente? () Sim () As vezes () Não Vocês comparecem à escola sempre que solicitados? () Sim () As vezes () Não Vocês gostam das reuniões bimestrais e conseguem tirar as dúvidas com os professores? () Sim () As vezes () Não Vocês acham que os professores mandam pouca tarefa de casa? () Sim () As vezes () Não Seu filho(a) comenta sobre as atividades realizadas na escola? () Sim () As vezes () Não Seu filho(a) tem horário para realizar a tarefa de casa? () Sim () As vezes () Não Você deixa seu filho assistir televisão ou ficar no computador até mais tarde, depois das 22 horas? () Sim () As vezes () Não	
1.4 Qual o motivo que leva você até a escola do seu filho? () Reunião de Pais e Mestres () Festas e eventos () Chamado da Professor () Apresentação das atividades do seu filho	
1.5 Qual melhor período/dia para você participar de atividades na escola? () De segunda a sexta pela manhã () De segunda a sexta a tarde () De segunda a sexta a noite () Sábado	
1.6 Em 2014 quantas vezes vocês compareceram na escola para saber sobre a vida escolar do seu filho sem serem chamados (Não contar reunião de pais, nem festas, eventos)? () Nenhuma vez _____ vezes () Não Sei	
1.7 Em 2014, quantas vezes vocês compareceram na escola em reuniões de pais e mestres, eventos, festas, apresentações, chamados de professoras, etc.? () Nenhuma vez _____ vezes () Não Sei	
1.8 Sobre o desenvolvimento escolar (aprendizagem) de seu filho(a) você está?	

() Muito Satisfeito(a) () Satisfeito(a) () Insatisfeito(a) () Preocupado(a) () Muito Preocupado(a)
1.9 Em relação a sua postura sobre o seu acompanhamento nas atividades escolares de seu filho(a) em 2014? () Fui bem presente () Deveria ter auxiliado mais () Deixei a desejar
1.10 Quanto ao trabalho da professora de seu filho(a) você está? () Muito Satisfeito(a) () Satisfeito(a) () Insatisfeito(a) () Preocupado(a) () Muito Preocupado(a)
1.11 Quanto a merenda da escola? 1.12 () Muito Satisfeito(a) () Satisfeito(a) () Insatisfeito(a) () Preocupado(a) () Muito Preocupado(a)
1.13 Quanto à organização (recados, entrada e saída dos alunos, horários, eventos) considero a escola? () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima. No que precisa melhorar?
1.14 Marque com um x os TRES MAIORES PROBLEMAS que você percebe na escola do seu filho que dificultam a aprendizagem dele? () Indisciplina dos alunos em sala de aula () Muitos alunos na mesma sala de aula () Pouca do professor () Falta de atenção do seu filho () Pouca tarefa de casa () Falta de materiais pedagógicos na sala de aula: livros, mapas, jogos, vídeos, etc
1.15 Deixe um recado (críticas, sugestões ou elogios) , se desejar, aos professores, diretora, pedagoga ou funcionários da escola?

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Prefeitura Municipal de São João do Triunfo. Acesso em: 17 abr. 2015.

Disponível em: <<http://www.São João do Triunfo.pr.gov.br/>>

IBGE. Acesso em: 15 mar. 2015.

Disponível em: <<http://downloads.ibge.gov.br/>>

DATASUS. Acesso em: 20 mar. 2015.

Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>

DATASUS. Acesso em: 20 mar. 2015.

Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>

MEC. Acesso em: 20 mar. 2015.

Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>

TRIOLA, Mario F.; Introdução à Estatística – Rio de Janeiro: LTC, 2005.

IBGE. Acesso em: 15 mai. 2015.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm>